



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

ALDENORA DA SILVA PINHEIRO

O MERCADO DE TERRA EM ÁREA DE REFORMA AGRÁRIA: FORMAÇÃO
E MUDANÇAS DA GLEBA ITACAIÚNAS: LOTEAMENTO “CARANHAS” NO
MUNICÍPIO DE MARABÁ

MARABÁ
2017

ALDENORA DA SILVA PINHEIRO

O MERCADO DE TERRA EM ÁREA DE REFORMA AGRÁRIA: FORMAÇÃO E
MUDANÇAS DA GLEBA ITACAIÚNAS: LOTEAMENTO “CARANHAS” NO
MUNICÍPIO DE MARABÁ

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará –
UNIFESSPA – como requisito parcial para a obtenção do
título de licenciatura plena em Educação do Campo, nas
áreas de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Prof. Rogério Rego Miranda.

MARABÁ
2017

TERMO DE APROVAÇÃO

ALDENORA DA SILVA PINHEIRO

O MERCADO DE TERRA EM ÁREA DE REFORMA AGRÁRIA: FORMAÇÃO E MUDANÇAS DA GLEBA ITACAIÚNAS: LOTEAMENTO “CARANHAS” NO MUNICÍPIO DE MARABÁ

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA – como requisito parcial para a obtenção do título de licenciatura plena em Educação do Campo, nas áreas de Ciências Humanas e Sociais pela seguinte banca examinadora:

Prof. Msc. Rogério Rego Miranda
Orientador

Prof. Drº. Iran de Moura Passos

Prof. Msc. Amintas Lopes da Silva Junior

MARABÁ – PA, 2017

AGRADECIMENTOS

Para realizar este trabalho de conclusão de curso foi necessária a contribuição de várias pessoas que não mediram esforços para me ajudar.

Em primeiro lugar agradeço a Deus, que me fortaleceu espiritualmente nos momentos difíceis. Aos meus filhos, que considero tesouros de valores incalculáveis: Valéria, Walber, Jessé, Wiliany e o caçula Vinícius.

Aos queridos netos: Yan, Bruna, Miguel, Atos, Luís, Ana Beatriz, Luiz Felipe, Pietro, Eliza (a sapeca), Larissa e o xodó da vovó, Gustavo.

Não poderia ainda deixar de reconhecer a compreensão do ex-diretor da Escola Marechal Rondon, Márcio Camargo, e do coordenador pedagógico Manoel Nunes. Ambos me apoiaram para que fosse possível cursar a graduação.

É importante ainda declarar a imensa admiração que tenho por três professores: Nilce Correa, Maria Nilma e Bruno Malheiros.

Agradeço também ao colegiado da Educação do Campo, às colegas de longo tempo Lúcia Mendes, Antônia Rosa e Viviane, que nos momentos de dificuldades estiveram comigo.

Com todo respeito, agradeço a todos os assentados e ex-assentados que concederam as entrevistas para que houvesse avanços neste trabalho. Também agradeço à Fabiana, que sempre me auxiliou na digitação dos trabalhos, ao Robson Ribeiro que teve inúmeras contribuições nos mesmos. Para finalizar, agradeço profundamente aos colaboradores: Ondina, Almir Ferreira Barros (*in memoriam*), que se dispuseram, contribuindo para que este trabalho fosse concluído.

Quero agradecer aos professores que irão compor a banca examinadora deste trabalho.

Com todo carinho, respeito e admiração, desejo que os professores da Educação do Campo alcancem seus objetivos. Não posso me esquecer, também, das colegas de turma Luana, Márcia e Sandra. Às companheiras de trabalho Neuzina, Lúcia e Vânia e a atual diretora da Escola Marechal Rondon, Maria Nilde. Obrigada pela compreensão, Maria Nilde, pelas vezes que precisei ausentar-me do trabalho por conta da universidade.

Ao meu marido e querido companheiro pela compreensão durante todo esse tempo.

Agradeço ainda, em especial, ao meu orientador Rogério Miranda, que se interessou pela temática do meu trabalho.

Rogerinho, muito obrigada por tudo, até mesmo pelas broncas que me dava, as quais me ajudaram a buscar e compreender novos conhecimentos.

“A terra Deus deixou, Deus deixou pra gente trabalhar, trabalhar agindo neste chão, pra não faltar o pão na mesa de ninguém. A terra Deus deixou, Deus deixou pra gente habitar; habitar, plantar e produzir, e ao pai erguer as mãos. E ao pai erguer as mãos para agradecer. Trabalho, chuva e pão e bendizer. Rogar do seu amor: acrescentar justiça entre nós, saúde e paz. E ao pai erguer as mãos para alertar: Há gente aos milhões sem pão, sem lar. Rogar do seu amor: a união pra gente restaurar a criação”.

Pe. João Carlos Ribeiro, Hino TERRA, PÃO e LAR.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar os motivos que potencializaram o processo socioeconômico de venda dos lotes de terras dos trabalhadores agrícolas assentados nos PA's Grotão do Rato I e Castanhal do Rato II. Em termos metodológicos foram utilizados vários recursos, tais como: entrevistas semiestruturadas, observações de campo, pesquisa documental e produção cartográfica. A partir dessa pesquisa, pode-se afirmar que os assentados não tiveram acompanhamento técnico, financeiro, educacional e infraestrutural nos primeiros oito anos dos P.A.'s pesquisados, como consta na política de reforma agrária do governo, devido à ineficiência das políticas públicas, o que tornou inviável a permanência desses sujeitos nos lotes, fato que contribuiu para evasão de grande parte dessas pessoas e, também, para a venda dessas terras para pequenos e médios latifundiários, dentre outros interessados. Evidencia-se, através da referente pesquisa, que o problema do descaso para com esses assentados ainda é uma realidade. Devido a isso, ainda hoje, há a venda de terras nesses locais ou simplesmente a maioria delas são improdutivas. Observou-se também que o processo econômico que condicionou o mercado de terras no Loteamento Caranhas pode ser entendido através do estudo de três sujeitos: aqueles que formaram o território da Gleba Itacaiúnas; os que participaram desse mercado de terras no local; e, por fim, o Estado por meio de suas condicionantes que fazem ou contribuem para que este mercado seja uma realidade ainda hoje.

Palavras-Chave: Projetos de assentamentos; Território, Mercado de terras; Grotão do Rato I e Castanhal do Rato II.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

FOTOS

Foto 1: Estrada de acesso ao Assentamento Grotão do Rato I.	23
Foto 2: Ponte sobre o Rio Rato II e principal acesso ao Assentamento Castanhal do Rato II.....	24
Foto 3: Principal via de acesso para o reflorestamento de eucalipto.	58
Foto 4: Loteamento Novo Carajás, implantado para atender as necessidades das famílias carentes.	59
Foto 5: Propriedade do ex-assentado do P.A. Castanhal do Rato II Alberto Gualberto.....	61
Foto 6: Fazenda Cajueiro do Sr. Nenê Miranda. Comerciante e um dos compradores	62
Foto 7: Entroncamento de acesso à Fazenda Anajás, à esquerda da imagem.	63
Foto 8: Local exato onde as pessoas se abrigavam à espera do trem.	65
Foto 9: Plantio de eucalipto na Fazenda Anajás.	70
Foto 10: Local da Escola Anajás, tendo aos fundos o reflorestamento de eucalipto.	71
Foto 11: Território adquirido pela prefeitura para as famílias nas proximidades da Vila.	73

FIGURAS

Figura 1: Abertura de trecho da transamazônica onde seriam assentados parte dos trabalhadores.	30
---	----

MAPAS

Mapa 1: Sudeste Paraense, com destaque do município de Marabá.....	15
Mapa 2: Localização dos PA's Castanhal do Rato II (Grotão do Rato I) no município de Marabá / Pará	22
Mapa 3: P.A. Igarapé do Rato (Grotão do Rato I) – Marabá / Pará.....	60
Mapa 4: P.A. Castanhal do Rato II – Marabá / Pará.....	66

TABELAS

Tabela 1: População do município de Marabá, 1950-1980.	27
Tabela 2: Número de migrantes da vila Itainópolis por estado.	28
Tabela 3: Criação de PA's por período.	38

LISTA DE SIGLAS

BPM	Batalhão de Polícia Militar
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CIB	Castanhal Industrial Brasileiro
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
EMEFA	Escola Municipal de Ensino Fundamental Anajás
FASE	Federação de órgãos Para Assistência Social e Educacional
FATA	Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia
FNO	Fundo Constitucional de Finanças do Norte
GETAT	Grupo Executivo das Terras do Araguaia/Tocantins
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LASAT	Laboratório Socioagronômico do Araguaia e Tocantins
LERASSP	Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
P.A.	Projeto de Assentamento
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PM	Polícia Militar
PRONAF	Programa Nacional de Desenvolvimento Familiar
R.B.	Recebeu Benefício
SAGRI	Secretaria de Agricultura
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UDR	União democrática Ruralista
PIN	Projeto Integração Nacional
PND I	Projeto Nacional de Desenvolvimento I
PND II	Projeto Nacional de Desenvolvimento II

Sumário

INTRODUÇÃO	12
CAPITULO I	18
FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA GLEBA ITACAIÚNAS: LOTEAMENTO CARANHAS – MARABÁ-PARÁ	18
1.1. Conflitos Fundiários	28
1.2. Formação do espaço agrário	39
Passemos agora para a luta empreendida pelos posseiros por/no território que constitui a nossa área de pesquisa.....	51
1.3. Os sujeitos que lutaram pela terra na gleba itacaiunas, loteamento “caranhas” Marabá-Pará.....	51
CAPITULO II	56
OS MOTIVOS SOCIOECONÔMICOS QUE INDUZIRAM AS VENDAS DOS LOTES E AS TRANSFORMAÇÕES DA GLEBA ITACAIÚNAS – LOTEAMENTO CARANHAS	56
2.1. Os motivos socioeconômicos que induziram a venda das terras na gleba Itacaiúnas: loteamento Caranhas Marabá-Pará.....	56
2.2. Os motivos sócioeconômico dos sujeitos que compraram as terras nas áreas da gleba Itacaiúna: loteamento “Caranhas”, Marabá-Pará.	67
2.3. Transformações que foram desenvolvidas.	68
2.4. Mudanças dos Sujeitos.....	73
2.5. Mudanças nos tamanhos dos lotes.....	74
2.6. Mudança na própria produção	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE 1 – LISTA DOS ENTREVISTADOS	82
APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIOS E RESPOSTAS	84

INTRODUÇÃO

No século XX foram desenvolvidos diferentes programas e projetos de desenvolvimento para a Amazônia na gestão dos governos militares (1964-1985). Foram projetados e implementados, dentre outros, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que previa a ocupação produtiva da Amazônia por meio de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). O complexo Minero-Metalúrgico da Amazônia Oriental e o Programa de Desenvolvimento de Recursos Florestais; o Programa de Integração Nacional (PIN), definido pelo Decreto-lei de número 1.106, em 16 de Junho de 1970, que tinha por objetivos deslocar a fronteira agrícola para as margens do Rio Amazonas, integrar a região à economia de mercado, especialmente as populações antes envolvidas com a economia de subsistência e reorientar as emigrações do Nordeste para a nova fronteira agrícola (BRASIL, 1970, p. 35). Essa integração se efetivaria a partir de projetos principais, a saber: “a) a construção da Rodovia Transamazônica e da Cuiabá-Santarém [...], b) o plano de colonização associado às citadas rodovias (BRASIL, 1970, p. 32); e o projeto de colonização, que para ser efetivado, em 1970, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹. De acordo com Pereira (2014), o governo previu instalar, sob a coordenação do INCRA, cerca de 100.000 famílias de trabalhadores rurais até 1974, as quais ficariam alocadas em lotes de 100 hectares, por meio dos Programas Integrados de Colonização (PIC) nas cidades de Marabá, Altamira e Itaituba.

Logo após a construção da rodovia Transamazônica (BR-230) é colocado em prática pelo governo federal o projeto de colonização dirigido sob o lema “Integrar para não entregar” e o slogan de “Terra sem homens (na Amazônia) para homens sem terras (no Nordeste)”.

Nesse contexto, os nordestinos foram incentivados a migrarem para a Amazônia no intuito de receberem lotes de terra, onde “o governo Médici² conclamava o povo através de seus discursos transmitidos pela imprensa escrita e falada que tiveram à disposição do governo” (BRAGA, 2015, p. 28).

A colonização dirigida orientava os migrantes para que fossem habitar às margens da Transamazônica. Contudo, esse espaço não foi suficiente para abrigar o

¹ Criado por meio do Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970.

² Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

grande contingente de famílias que se deslocaram de várias localidades do país para a Amazônia com o objetivo de receber lotes de terra. Desse aglomerado de migrantes que o sudeste paraense recebeu, os problemas regionais aumentaram e outros surgiram, como a ampliação da violência decorrente da luta pela terra.

Milder (apud BRAGA, 2015) enumera alguns dos principais problemas enfrentados pelos trabalhadores e órgãos responsáveis pela distribuição de terras e assistência aos trabalhadores a partir da construção da rodovia supracitada. Entre os principais problemas de execução foram indicados:

1. O crescente fluxo de migração espontânea para a região e que não receberá qualquer tipo de apoio estatal. Os problemas surgiram em decorrência das promessas do governo que não foram cumpridas, onde prometia lotes de terra, mas a quantidade de lotes entregues foi insuficiente para atender a demanda de pessoas que vieram para a região com esperança de possuir lotes de terra através do projeto de colonização. Com a ausência do estado e a existência das grandes áreas de terras devolutas na região ocorreu a ocupação dessas terras pelos trabalhadores rurais, também conhecidos por posseiros. A partir das ocupações começaram os conflitos pela terra; Os trabalhadores rurais assentados na Transamazônica sem acompanhamento básico para suas necessidades foram vítimas do Governo Federal. Eles foram jogados às margens da rodovia Transamazônica (BR-230).
2. O número de agentes do estado para organizar a execução do projeto de distribuição de terras e assistência foi insuficiente;
3. Houve dependência dos trabalhadores financiados pelos bancos que eram obrigados a aceitar as diretrizes impostas por estes.
4. Havia a diferenciação da fertilidade dos lotes em determinadas regiões, gerando um pequeno grupo de privilegiados em detrimento de outros com terras pouco férteis. (apud BRAGA, 2015, p.19)

Esses projetos e programas acabaram por acirrar os conflitos agrários e os problemas no campo, como os que foram elencados por MILDNER (apud BRAGA, 2015), corroborando para que muitos assentados tivessem parte de suas terras apropriadas ilegalmente ou vendessem suas propriedades, criando um mercado de terras nestas áreas, especialmente nas proximidades dos Grandes Projetos.

Nesse contexto o nosso trabalho ganha relevância, visto que possui como tema o mercado de terras em áreas de assentamento, e para a execução do mesmo se torna imprescindível, em termos metodológicos, a revisão bibliográfica da temática por meio da utilização de teses, dissertações, artigos e livros que nos proporcionarão o embasamento teórico; trabalho de campo para completar a análise

da pesquisa, observação sistemática e entrevistas semiestruturadas com assentados e ex-assentados, que viveram ou ainda residem nos Projetos de Assentamentos Boa Esperança e Novo Progresso, ambos localizados em Marabá, os quais correspondem à nossa área de pesquisa.

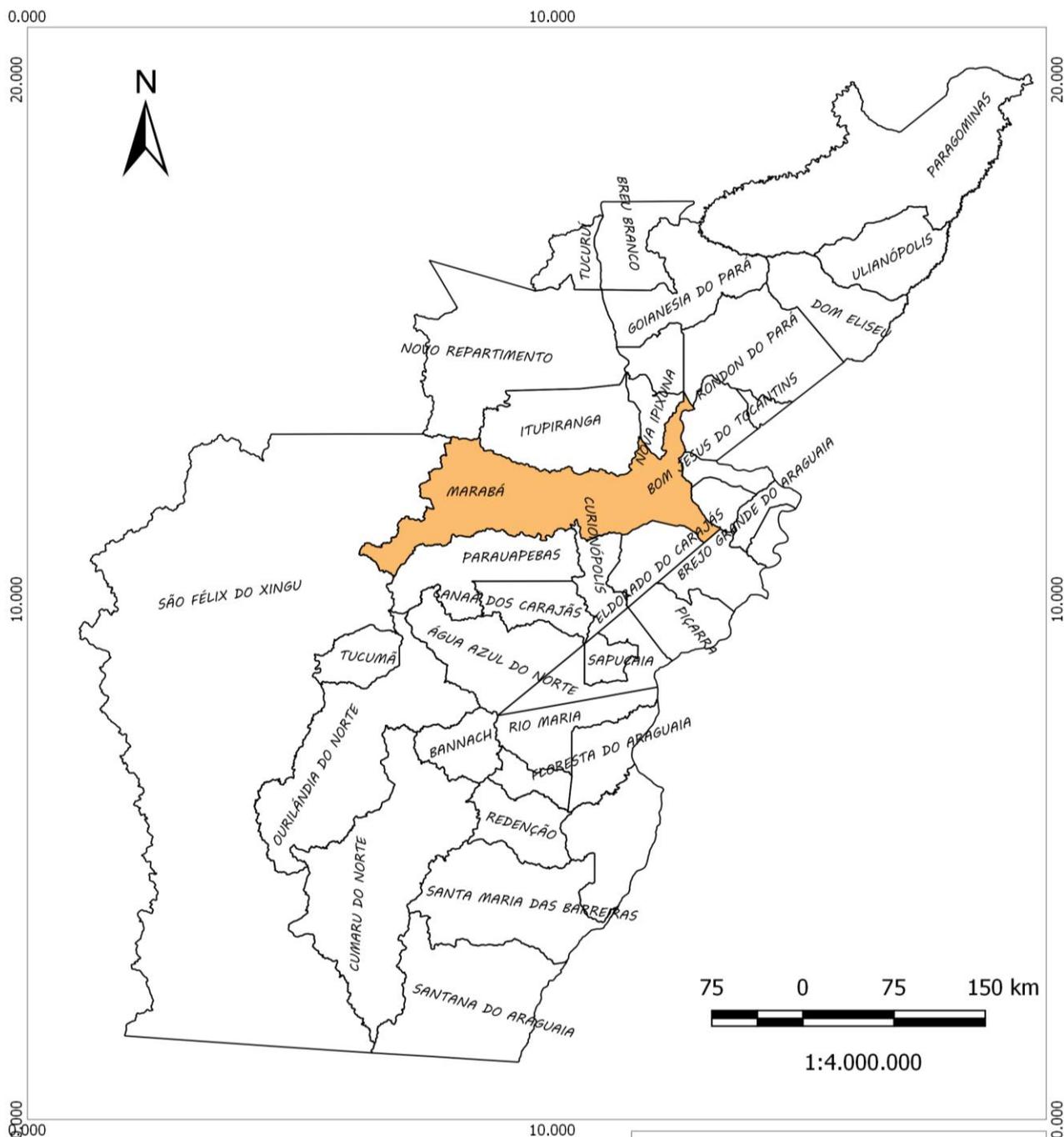
É importante ressaltar que o descaso que os assentados sofrem pela ineficiência das políticas públicas estatais é visível em outros assentamentos, mas selecionamos estas áreas pelo fato de termos trabalhado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Anajás (E.M.E.F.A.), onde identificamos nas realidades citadas acima o problema da venda de terras. Na década de 1980 a ineficiência das políticas públicas contribuiu para as desistências dos proprietários dos lotes de reforma agrária, a exemplo do que ocorreu em nossa área de estudo, ou seja, a Gleba Itacaiúnas: Loteamento “Caranhas”, o qual engloba os Projetos de Assentamento Boa Esperança e Novo Progresso. Essa área fazia parte do Polígono dos Castanhais³, e era rica em castanha-do-pará, madeira de lei, como Mogno e Angelim; e outros.

A título de hipótese, esse processo problemático ocorre em virtude de diversos problemas de caráter infraestrutural (dificuldades de transporte devido a péssimas condições das estradas, pouca condução para a circulação de pessoas e produtos agrícolas), de segurança pública (existência de diversas formas de violência na área), financeiro (poucos recursos para a produção), saúde (não existia postos de saúde e médicos para tratar de doenças regionais), educacional (falta de escolas nos assentamentos), e localização dos assentamentos entre grandes propriedades, ocasionando dificuldades na livre circulação dos assentados.

Esses assentamentos foram resultantes das lutas pela terra que se aprofundaram após a década de 1970, em face da entrada de novos sujeitos, tais como empresas mineradoras, de migrantes que disputam o território com os antigos donos dos castanhais, que adquiriram a área dentro da legalidade documental ou na ilegalidade, “através de arrendamento ou “aforamento perpétuo”, usando de “artimanhas” para que essas áreas que se apossaram não fossem destinadas para a reforma agrária” (VELHO apud ASSIS, 2007, p.45), fato recorrente no sudeste paraense com destaque ao município de Marabá (ver mapa 1).

³ Segundo Almir Ferreira Barros, ex-líder sindical de São João do Araguaia, são os municípios com maior produção de castanha-do-pará, sendo: Marabá, São Geraldo do Araguaia, Xinguara, Itupiranga e São João do Araguaia.

Mapa 1: Sudeste Paraense, com destaque ao município de Marabá.

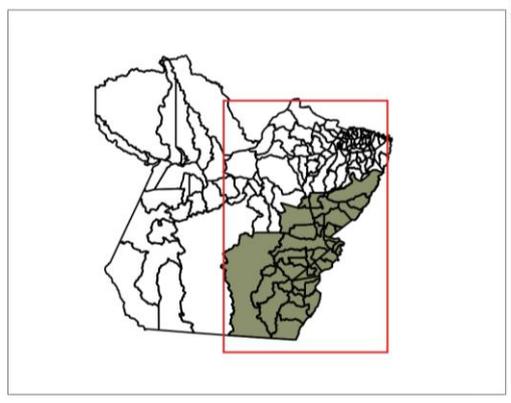


Legenda

- Sudeste Paraense
- Marabá

DATUM VERTICAL: WGS 84
 PROJEÇÃO: UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
 PRODUZIDO NO LABORATÓRIO DE ESTUDOS REGIONAIS E AGRÁRIOS DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (LERASSP) / UNIFESSPA
 FONTE: IBGE, 2015.

Organização: Rogério Rego Miranda.
 Desenho: Rogério Rego Miranda.



As áreas dos castanhais foram as mais disputadas pelos foreiros. Eles se intitulavam proprietários legítimos das áreas dos castanhais usando em “legítima defesa” o crime de pistolagem para expulsar as famílias das áreas, eliminar sindicalistas, advogados e membros da igreja católica, pois o que prevalecia era a lei do silêncio na região em tempos de disputa de terras.

Com base no que foi apresentado acima, nosso trabalho tem por problemática, **discutir quais os processos socioeconômicos que condicionam o mercado de terras na Gleba Itacaiúnas: Loteamento Caranhas – Marabá/Pará.** Para este fim, definimos algumas questões específicas, a saber:

- 1) Quais os sujeitos que produziram o espaço da Gleba Itacaiúnas: Loteamento “Caranhas” – Marabá/Pará?
- 2) Quais os sujeitos que participam do mercado de terras na Gleba Itacaiúnas: Loteamento “Caranhas” – Marabá/Pará?
- 3) Quais os condicionantes socioeconômicos que concorrem para a formação do mercado de terras na Gleba Itacaiúnas: Loteamento “Caranhas” – Marabá/Pará?

Entende-se que a conquista da terra pelos trabalhadores rurais neste país nunca foi fácil. No sudeste paraense, a luta pela terra se intensificou na década de 1980, “época em que o Pará era o estado com maior número de trabalhadores rurais mortos envolvidos na luta pela terra no Brasil” (ALMEIDA, 2006, p. 52).

Para que fossem implantados os assentamentos foram travadas lutas envolvendo trabalhadores rurais, fazendeiros, sindicatos, advogados e a igreja católica.

Permanecer no lote era e é desafiador: o indivíduo recebe o lote depois de um longo tempo acampado, mas é difícil continuar assentado, pois o mesmo vai se deparar com vários obstáculos e, principalmente, a ineficiência das políticas públicas. Porém, existem outros empecilhos que expulsam com sutileza os assentados de suas respectivas propriedades, tais como estradas em péssimas condições, falta de condições educacionais e de saúde, além de pressões de fazendeiros ou empresas próximas.

Essas situações-problemas levam muitos sujeitos em um primeiro momento a arrendarem seus lotes e, posteriormente, os venderem, formando um mercado de terras em áreas de assentamento de reforma agrária. É por esse motivo que nossa

pesquisa tem por objetivo **Analisar os processos socioeconômicos que condicionam o mercado de terras na Gleba Itacaiúnas: Loteamento “Caranhas” –Marabá/Pará.**

Com efeito, para alcançarmos tal objetivo geral, traçaremos alguns objetivos específicos, tais como:

- 1) Identificar e analisar a territorialização dos sujeitos que produziram o espaço da Gleba Itacaiúnas: Loteamento “Caranhas” – Marabá/Pará.
- 2) Identificar e analisar como os sujeitos participam do mercado de terras na Gleba Itacaiúnas: Loteamento “Caranhas” – Marabá/Pará
- 3) Analisar as condicionantes socioeconômicas que concorrem para a formação do mercado de terras na Gleba Itacaiúnas: Loteamento “Caranhas” – Marabá/Pará.

Através desta pesquisa/monografia pôde-se constatar a diversidade de problemas existentes neste espaço.

Deseja-se, portanto, que o presente trabalho de pesquisa venha contribuir para desconstruir certos noticiários difamadores dos assentados do espaço agrário Amazônico no sudeste paraense, mais especificamente no município de Marabá.

Este estudo está estruturado em dois momentos: No primeiro momento será discutida a formação espacial da Gleba Itacaiúnas: Loteamento Caranhas – Marabá/Pará, considerando a as alterações regionais, com destaque ao sudeste paraense.

Em um segundo momento será discutida a transformação socioespacial na Gleba Itacaiúnas: Loteamento Caranhas – Marabá/Pará, a partir do mercado de terras desenvolvido nesta realidade.

CAPITULO I

FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA GLEBA ITACAIÚNAS: LOTEAMENTO CARANHAS – MARABÁ-PARÁ

O processo de ocupação da Gleba Itacaiúnas: Loteamento Caranhas se deu a partir da ocupação de áreas de castanhais pelos posseiros na década de 1970, denominadas de Castanhal Castanheira e Castanhal Anajás. Apesar de terem sido ocupadas na mesma década, as ocupações se deram em datas diferentes: em 1975 os posseiros ocuparam o Castanhal Castanheira e a partir de 1977 foi a vez da ocupação no castanhal Anajás. Fato curioso é que os posseiros do segundo castanhal ganharam uma identidade própria, sendo chamados de “posseiros da Anajás”. Porém, mantiveram-se por menos tempo ocupando a área devido a grande pressão que sofriam por parte dos donos dos castanhais e da qualidade de vida precária da localidade.

Do período de apossamento até a transformação em assentamento, foram necessários seis anos para que o projeto prometido fosse implantado, conforme afirma o senhor Elias Leite:

“Nós ocupamos por seis anos essa área de castanhal para conquistarmos nosso pedaço de chão. Enfrentamos várias dificuldades, passamos necessidades, enfrentamos doenças” (Entrevistado Elias Leite, ex-assentado do PA Castanhal do Rato II, entrevista concedida em 18/12/2014).

Ainda segundo o Sr. Elias Leite, ex-morador do PA Castanhal do Rato II:

“O primeiro passo era localizar a área para ocupar e depois era feito os acordos com os trabalhadores rurais, em seguida era o deslocamento para ocupar os castanhais. Cada um cortava seu lote e fazia as roças e plantação de frutas. O castanhal foi ocupado durante seis anos e depois transformado em projeto de assentamento” (Entrevistado Elias Leite, ex-assentado do PA Castanhal do Rato II, entrevista concedida em 18/12/2014).

Nesse período de transição de área de posseiro para Projeto de Assentamento foram necessários seis anos à espera da decisão do INCRA para que fosse realizada a vistoria nas áreas de castanhais e a comprovação ou não da titulação da terra. Essa comprovação demandava muito tempo de espera e o

interesse era mínimo por parte das lideranças políticas na liberação da mesma. Ainda existiam os empecilhos por parte da burocracia, aumentando ainda mais as dificuldades no processo, dentre eles o título de aforamento que o senhor Antônio Farah apresentou, alegando ser o legítimo dono do Castanhal Castanheira. Com isso, para que houvesse uma legitimidade favorável aos posseiros, foram necessárias várias viagens ao município de Tucuruí para averiguação:

“Meu irmão Joaquim e o nosso amigo Wanberguer⁴ viajaram três vezes para Tucuruí para verificar junto ao Departamento de Minas e Castanhais a comprovação oficial do castanhal castanheira. Para ver se realmente a gente podia ser considerado o dono das terras e ter um pouco mais de alívio para viver”. (Entrevistado Elias Leite, ex-assentado do PA Castanhal do Rato II, entrevista concedida em 18/12/2014).

Após a constatação e segundo relato do líder Elias Leite, o castanhal não tinha título legítimo e fez a seguinte afirmação:

“Eu tenho este documento oficial que comprova que Antônio Farah não era dono do castanhal castanheira como muita gente acreditava. O governo, como sempre foi lento em relação ao pobre, fez com que o povo assentado ficasse anos esperando ter um título definitivo da terra que vivia, o que fez com que muita gente ficasse com medo de investir nessa terra e perder tudo”. (Entrevistado Elias Leite, ex-assentado do PA Castanhal do Rato II, entrevista concedida em 18/12/2014).

Após essas declarações fica constatado que houve uma luta travada para que essa terra fosse transformada em projeto de assentamento. Entende-se ainda que os posseiros passaram por várias fases até receberem o seu título: a ocupação e a averiguação documental e as vitorias, pois sem as mesmas não seria possível a implantação do projeto.

Ainda sobre a situação oficial dos castanhais, ficou constatado que o Castanhal Castanheira é área de aforamento, mas não foi possível ainda comprovar oficialmente o Castanhal Anajás; mas há quem afirme que o castanhal era de um senhor chamado Antônio Ribeiro, o que também deixa indícios que a área era de aforamento também.

Segundo a senhora Ana Maria Cunha:

⁴ Emmanuel Wanberguer é ex-presidente da Comissão Pastoral da Terra-CPT.

“quando eu fui ao INCRA averiguar e buscar informação sobre essa área eu fiquei sabendo que a terra da Anajás era do senhor Antônio Ribeiro, o mesmo que solicitou indenização da área porque dizia ele que não queria sair perdendo a área a troco de nada”. (Entrevistada Ana Maria Cunha, Presidente da Associação do Castanhal Grotão do Rato I - entrevista concedida em 22/11/2015).

Durante o período do Curso de Licenciatura em Educação no Campo, tive a oportunidade de realizar algumas entrevistas com moradores da Vila Itainópolis, e dentre eles destaco o senhor Antônio Nunes, mais conhecido como *Fogoió*, ex-madeireiro e gerente da Fazenda Anajás por 30 anos, que quando indagado sobre o proprietário da Fazenda Anajás, afirma com clareza:

“Aqui, esta área de terra, onde hoje é o assentamento Anajás, era um castanhal do seu Antônio Ribeiro. Ele era um homem endinheirado por conta da produção da castanha e era tio de dona Célia e deu de presente essa terra a ela. Daí, o povo começou a invadir e virou o que virou”. (Entrevistado Antônio Nunes, o *Fogoió*, ex-madeireiro e gerente da Fazenda Anajás - entrevista concedida em 18/09/2011).

Outra informação bastante esclarecedora sobre o Castanhal Anajás e sobre o proprietário do mesmo é dada por um morador do local, assentado do PA Grotão do Rato I e ex-castanheiro. Este assentado afirma que conhece detalhes importantes que nos levam a acreditar que o castanhal era área de aforamento:

Eu conheci o Antônio Ribeiro. Ele era filho adotivo das irmãs Dandy e Handya. Elas eram galegas. Depois elas foram embora pra Jerusalém e deram de presente o castanhal para o filho de criação, o senhor Antônio Ribeiro. Depois que os posseiros invadiram uma parte do castanhal, ele enlouqueceu. Morreu doido no Juliano Moreira, em Belém. (Entrevista concedida por Elizário Gomes, 70 anos, assentado do PA Grotão do Rato I, entrevista concedida em 04/12/2015).

Não se pode afirmar com veemência, mas novamente há indício de que a terra era de aforamento. Devido à morte do senhor Antônio Ribeiro, talvez seja possível concluir o porquê de a sobrinha ter sido presenteada, de forma fácil, com a área do castanhal.

De acordo com o informante Elias Leite, os posseiros enfrentaram dificuldades diversas até a área ser transformada em projeto de Assentamento. Apesar de as ocupações terem sido ocorridas em datas diferentes (1975 e 1977),

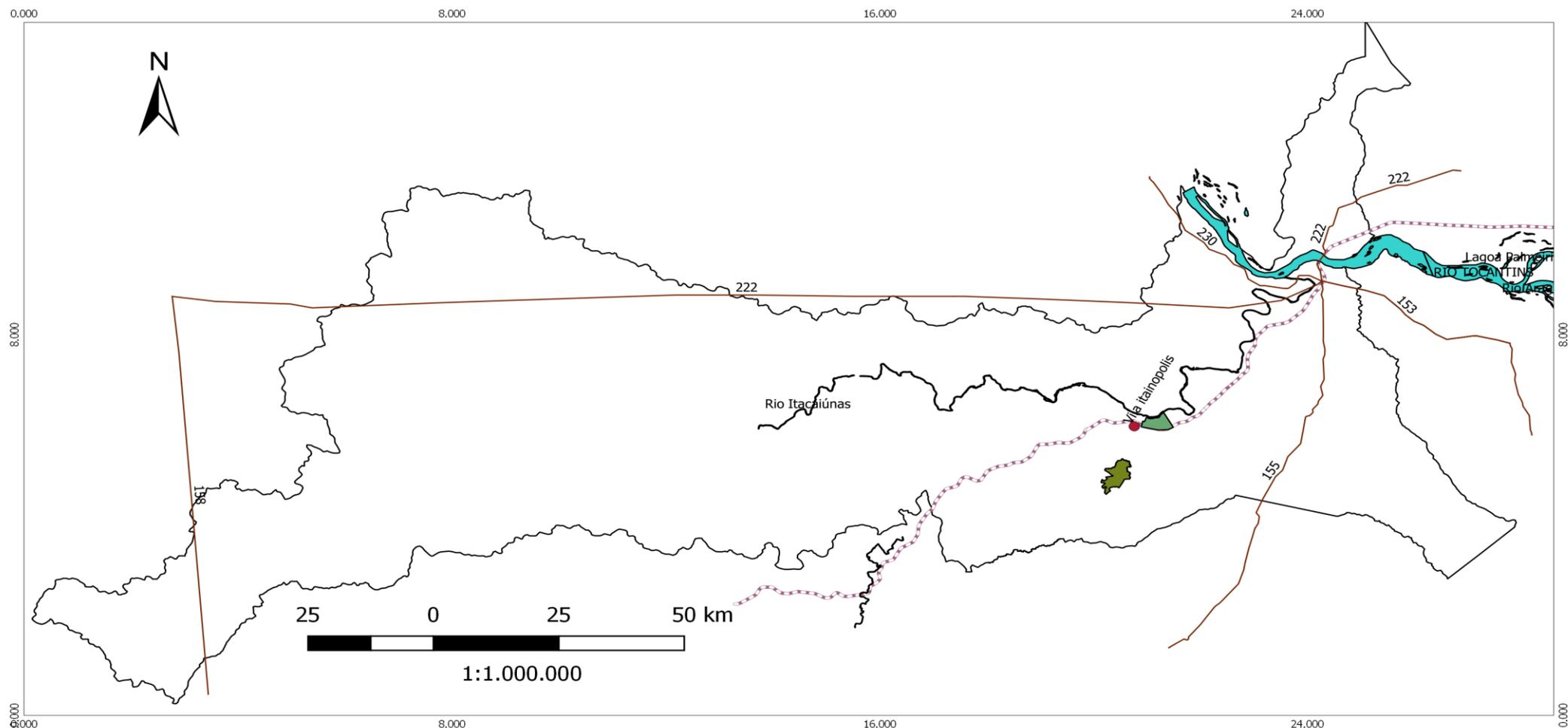
as áreas de castanhais foram vistoriadas juntas, implantando-se assim, dois Projetos de Assentamento (PA).

Elias Leite afirma que:

“Quando nós ocupamos este castanhal, aqui era Castanheira. Depois de dois anos o castanhal ocupado foi o Anajás, mas quando o INCRA veio, mediu as duas áreas. Por isso a Gleba Itacaiúnas é formada pelos Assentamentos Grotão do Rato I e Castanhal do Rato II” (Entrevistado Elias Leite, ex-assentado do PA - entrevista concedida em 18/12/2014).

Com a implantação dos projetos de assentamento, os nomes de castanhais foram substituídos, a saber: o Castanhal Castanheira passou a chamar-se Assentamento Castanhal do Rato II e o Castanhal Anajás Passou a se chamar Assentamento Grotão do Rato I (muito embora, no INCRA, esteja cadastrado como PA Igarapé do Rato), ambos localizados no município de Marabá, conforme podemos visualizar no mapa 2, exposto abaixo.

Mapa 2: Localização dos P.A.'s Castanhal do Rato II e Igarapé do Rato (Grotão do Rato I) no município de Marabá / Pará.



Legenda

- | | |
|---|--|
|  Município de Marabá |  Rodovias |
|  P. A. Castanhal do Rato II |  Estrada de Ferro Carajás (EFC) |
|  P.A. Igarapé do Rato (Grotão do Rato I) |  Drenagem |
|  Vila Itainópolis | |

DATUM VERTICAL: WGS 84
 PROJEÇÃO: UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
 PRODUZIDO NO LABORATÓRIO DE ESTUDOS
 REGIONAIS E AGRÁRIOS DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
 (LERASSP) / UNIFESSPA
 FONTE: INCRA, 2015; CAR, 2016.

Organização: Rogério Rego
 Miranda.
 Desenho: Rogério Rego Miranda.

Após receber esse título, ocorreu no ano de 1997 uma segunda mudança na identificação dos assentamentos. Reuniram-se nessa época presidentes das associações e membros dos castanhais e entraram em comum acordo no que diz respeito às substituições. De acordo com Ana Maria Cunha, uma das lideranças:

“Nos reunimos com os sócios, tanto com as lideranças das associações como com alguns assentados dos castanhais e membros das associações e optamos por mudar os nomes dos assentamentos. A gente acreditava que o nome que deram para esses locais fazia com eles tivessem até uma imagem negativa, vista por pessoas de fora, que não conheciam a realidade dos lugares” (Entrevistada Ana Maria Cunha, Presidente da Associação do Castanhal Grotão do Rato I, anos, entrevista concedida em 22/11/2015).

Mediante a afirmação da presidente, os assentamentos tiveram a seguinte modificação: o Assentamento Grotão do Rato I passou a se chamar Assentamento Nova esperança e a o Castanhal do Rato II passou a ser chamado de Assentamento Novo Progresso.

Segundo o mapa original do GETAT, na data de 07.04.1984, o qual tivemos acesso, obtivemos a seguinte informação: A área do loteamento é de 6.862.456,8 hectares e com um perímetro de 52.451,7 metros e um total de 241 lotes.

Após a implantação dos projetos de assentamento, o território passa a ser definido para que sejam desenvolvidas atividades referentes à agricultura familiar. Com isso foi necessário criar uma via de acesso aos assentamentos para que pudesse haver o escoamento da produção.

Foto 1: Estrada de acesso ao Assentamento Grotão do Rato I.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

A ponte era o principal ponto de acesso para o assentamento Castanhal do Rato II, antigo Castanhal Castanheira. O escoamento da produção e o acesso dos moradores à localidade se davam por meio dela.

Foto 2: Ponte sobre o Rio Rato II e principal acesso ao Assentamento Castanhal do Rato II.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Esses moradores, inclusive, desenvolviam a agricultura familiar, como atividade de subsistência, e usavam a castanha-do-pará nas alimentações diárias, bem como o que esta podia proporcionar, como o seu leite, que era usado para preparar o “pubo” (refeição feita com farinha de mandioca e leite de castanha-do-pará). De acordo com SAMPAIO (1989, p. 96):

Na época do “burgo”, os barqueiros utilizavam o leite da castanha para preparar a comida dos passageiros e da tripulação. O leite da castanha era o tempero principal das carnes de animais, como jabuti, veado, porco-do-mato e outros animais de caça.

Após discorrer sobre estes fatos de suma importância, estaremos a partir desse ponto discutindo acerca do histórico e da trajetória desses loteamentos.

O PA Castanhal do Rato II, ou Novo Progresso, está localizado entre a EFC⁵ e o Rio Itacaiúnas e tem como ponto de referência a Vila Itainópolis.

Já o PA Grotão do Rato I, ou Nova Esperança, está localizado entre as terras da família “Miranda”, conhecida popularmente como Terra dos MIRANDAS⁶. À

⁵ Estrada de Ferro Carajás.

margem esquerda do assentamento está a divisa da fazenda “Anajás”, que também serviu de ponto de referência para o assentamento.

Ambos estão localizados no município de Marabá que se situa no sudeste paraense, entre os rios Itacaiúnas e Tocantins. Apesar de ter sido fundado pelo comerciante maranhense Francisco Coelho no ano de 1913, bem antes, o comerciante goiano Carlos Gomes Leitão fundou a colônia agrícola “Burgo do Itacaiunas⁷”. “Nessa colônia, a maioria dos moradores desenvolviam a agricultura familiar, mas já usavam o leite da castanha no preparo dos alimentos, tais como: tatu, jabuti, veado, porco do mato e outros, pratos apreciados por moradores e por quem por ali passava.” (EMMI,1987, p.36).

Nessa época, a região só era alcançada por via fluvial, com destaque aos Rios Itacaiunas e Tocantins que eram as principais vias de acesso da região, sendo considerada uma área isolada e com poucos habitantes; “porém, na época, já era habitada por diversas etnias indígenas” (SAMPAIO, 1989, p. 39).

A partir da descoberta do caucho⁸ surge a primeira matéria prima para a exploração sendo comercializada na capital paraense (Belém). No sudeste do Pará, Marabá foi o único município que explorou o “caucho” no final do século XIX até aproximadamente 1920. Logo, podemos observar que a colheita do caucho em Marabá não teve longa duração, isto porque o mercado europeu diminuiu gradativamente a importação do produto devido à plantação de seringueiras do caucho na Malásia. O auge da exploração deu-se no período da Primeira Guerra Mundial, pois a borracha era utilizada para confecção de vários utensílios nas indústrias, hospitais e outros. O processo de vulcanização proporcionou maiores rendimentos na colheita e armazenamento do produto, como descreve VIRGULINO (2012, p. 37):

A vulcanização de fato fez com que aumentasse a sua procura nos mercados estadunidenses e europeus, se tornando matéria-prima de objetos domésticos e hospitalares, além de ser usada em indústrias e materiais bélicos e até na construção naval. Seu uso se disseminou acentuadamente a partir do pneu em 1890.

⁶ Família migrante de Formosa do Estado de Goiás no intuito de comprar terras de castanha do governo federal na década de 1970.

⁷ Primeira colônia agrícola fundada às margens do Rio Itacaiunas.

⁸ Árvore de onde se extrai a matéria prima para fabricar a borracha.

No ano de 1922 em Marabá houve o encerramento do ciclo do caucho, que de acordo com Sampaio (1989, p. 52):

A exploração do Caucho permaneceu até o ano de 1922, mas somente em lugares mais próximos. Depois desta data foi totalmente abandonada, pois a exploração da castanha que demandava menor esforço a substituiu interinamente.

Antes do total encerramento da extração do caucho, outro produto vegetal entra para ser comercializado: a castanha. A Castanha-do-Pará é um produto vegetal que apesar da descoberta, demoraria algumas safras ainda para que o município alcançasse o auge da produção e iria se juntar aos demais tipos de atividades agrícolas para manter a economia de Marabá em alta, pois “a partir da fundação da Colônia Agrícola Burgo do Itacaiunas, surgiram diversas atividades que foram: a criação de gado bovino, a agricultura promovida pelos colonos locais, dentre outras atividades” (SAMPAIO, 1989, p. 41)

De acordo com EMMI (1987, p. 60):

Uma publicação da época registra os gêneros encontrados na praça de Belém em 1928, na província de Marabá: Castanha: 54.018,5Hc; Caucho: 16.485Kg; Cacau: 496Kg; Babaçú: 5.645Kg; couros de Boi: 78Und; Couros diversos: 1.282Und. Óleo de Copaíba: 4.044Lt.

Apesar das várias atividades produzidas, a castanha-do-pará entra para o comércio regional na década de 1920, mas alcança destaque na produção após um período de cinco anos (1925). Desde a safra de 1925, Marabá foi despontando na colheita do fruto da castanheira.

É no período de 1940 a 1970 que a extração da castanha se torna no município a principal fonte de recurso econômico. O período da safra da castanha era longo, se estendendo do mês de dezembro até o mês de maio, e “nesse momento Marabá recebia um grande número de migrantes, pois o processo da colheita era realizado por seis tipos de trabalhadores: castanheiro, lavador, tropeiro, barqueiro, canteneiro e encarregado” (EMMI, 1987, p. 53).

Quando a época da safra anual de colheita da castanha terminava, que se estendia por quase seis meses, indo de dezembro a maio, os migrantes, que eram temporários e em sua maioria dos estados de Goiás, Piauí e Maranhão, retornavam

às suas casas nas diversas regiões do país após o término da colheita, não fixando assim, residência no município.

Há de se destacar a força do migrante maranhense que desenvolveu um papel importante no desenvolvimento do sudeste paraense, onde se teve início no caucho, passando posteriormente à extração da castanha. A coleta da castanha teve uma longa duração, mantendo-se na linha principal da economia de Marabá.

Após o ano de 1964, já no período da Ditadura Militar (1964-1985), foram efetuadas grandes mudanças para a Amazônia, dentre elas, o surgimento do Projeto PIN.

De acordo com Braga (2015, p. 67):

Com o desenvolvimento do PIN, que tinha por objetivo integrar a Região Norte ao resto do país, o número de migrantes não cessou rumo ao sul e sudeste do Pará. Com a construção da Rodovia Transamazônica (BR 230) projetada no período da ditadura militar e executada entre 1969 e 1974, o sul e sudeste do Pará foi alcançado por via terrestre proporcionando um número crescente de habitantes em Marabá, podendo-se comprovar um crescimento significativo após a década de 1970.

Além do PIN, houve abertura das rodovias PA-150 e Transamazônica (BR-230). “Essas rodovias foram projetadas para aumentar também o fluxo de pessoas para a microrregião de Marabá e com isso o município passou a ter várias vias de acesso, havendo uma profunda transformação geográfica a partir de então” (SAMPAIO, p. 29, 1989).

Devido à localização geográfica, Marabá se tornou um município de referência no sudeste paraense e passou a receber migrantes de todas as regiões do país. A partir da década de 1970, o número de habitantes mais que duplicou, se fizermos uma comparação com a década de 1950, como mostra a tabela 1 abaixo.

Tabela 1: População do município de Marabá, 1950-1980.

ANO	NÚMERO DE HABITANTES
1950	11.130
1960	20.089
1970	24.474
1980	59.915

Fonte: IBGE apud Matos (19996).

Ao observarmos esse aumento é possível imaginar o impacto que causou para o município, pois não possuía estrutura física suficiente para abrigar esse número de migrantes que vieram fixar residência.

Esse quadro de migrantes ainda é presente na região. No ano de 2014, na data de 23 de abril a 11 de Junho, foi desenvolvida uma pesquisa do IV estágio-docência⁹ onde um questionário semiestruturado foi elaborado contendo seis questões acerca da localidade de nascimento de moradores atuais da Vila Itainópolis. Essa pergunta foi feita a 86 pessoas e o resultado foi este (ver tabela 2):

Tabela 2¹⁰: Número de migrantes da vila Itainópolis por estado.

ESTADO DE NASCIMENTO	TOTAL
Maranhão	29
Pará	19
Piauí	12
Tocantins	05
Goiás	05
Pernambuco	04
Espírito Santo	04
Minas Gerais	03
Bahia	03
Rio Grande do Norte	02

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A pesquisa pode ser considerada recente, comprovando novamente que o sudeste paraense sempre recebeu pessoas de todas as regiões. Porém, nas décadas anteriores a 1970, os migrantes tinham outros objetivos e o município apenas tinha a sua população conforme a safra dos produtos, tanto vegetais quanto minerais.

1.1. Conflitos Fundiários

Para iniciarmos esse ponto é necessário que façamos o levantamento das alterações que o município de Marabá e o Sudeste paraense apresentaram e quais foram as causas principais para que possamos compreender os conflitos que

⁹ Seminário voltado a docentes, promovido pela Escola Marechal Rondon, para discutir a naturalidade dos assentados da Vila Itainópolis.

¹⁰ O resultado da Tabela 2 demonstra que os habitantes do sul do Pará ainda são, na maioria, nordestinos.

emergiram nesse período, considerando que a abertura da Transamazônica proporcionou para a região mais penetração dos migrantes por via terrestre.

Com a abertura da transamazônica e as demais estradas estaduais, Marabá saiu da condição de município “isolado” e passou a ser uma cidade alcançada por via terrestre por todos aqueles que se interessavam em vir para o sudeste no intuito de fixar moradia.

Com a implantação do PIN a migração passou a ser maior, pois muitas pessoas enxergavam uma possibilidade de mudar de vida. O programa de colonização dirigida pelo Estado aos nordestinos estava agregado ao PIN e foram os responsáveis pelo número abundante de pessoas que Marabá recebeu, acreditando em tantas promessas feitas pelo Governo Federal.

Os nordestinos deixavam tudo em suas terras (até porque a seca maltratava-os) e vinham através do chamamento feito pelo então Presidente Médici. Assim, podemos perceber a ingenuidade dos que acreditavam em tais promessas, pois viam na mudança de região uma oportunidade de fazer fortuna em uma área que não era castigada pelas secas, mas que tinha água em abundância.

De acordo com Almeida (2006, p. 75), fica uma pergunta:

O que levou milhões de brasileiros a deslocarem-se para a Amazônia em busca de dias melhores? Além dos projetos de colonização dirigidos pelo Estado, podemos indicar projetos considerados grandes, tais como Como a Transamazônica, a Hidrelétrica de Tucuruí, os projetos de mineração, o polo de guseiras e pecuária extensiva, bem como a ilusão de riqueza instantânea nos garimpos, marcaram a colonização da Amazônia no regime militar entre os anos de 1964-1985.

De acordo com o Menezes (1994, p. 29) o presidente Médici tinha a seu inteiro dispor a imprensa escrita e falada e fazia seus discursos mirabolantes, atraindo centenas de famílias nordestinas para a Amazônia. Mas o deslocamento foi além da colonização dirigida e houve a migração espontânea. Entretanto, de acordo com Assis (2007, p. 27) “essa demanda espontânea tinha o objetivo de possuir terras entregues pelo governo”.

Esse sonho não se tornou realidade, pois o governo não fez o assentamento às margens da Rodovia Transamazônica como de acordo, conforme a meta prevista pelo I PND instituído em 1972.

De acordo com a afirmação de Assis (2007, p. 32):

No final de 1974, ao longo da Transamazônica, haviam sido assentadas aproximadamente 06 mil famílias. Estudos de outros autores mostram que nesse período a demanda em certos pontos da Transamazônica chegava a ser superior à meta estabelecida pelo governo.

A demanda por terra existia por parte dos trabalhadores, porém o governo não a concedeu, pois a mesma não seria para desenvolver a agricultura familiar, mas sim para outras finalidades.

Assis (2007, p. 32) afirma:

A meta prevista pelo governo seria assentar 1.000.000 de pessoas às margens da rodovia Transamazônica e conforme Guerra (2001) não foi atendida, mas existia a demanda de trabalhadores rurais que necessitavam de lotes para trabalhar em que não tiveram oportunidade. A terra que deveria ser entregue aos trabalhadores rurais foram transformados em propriedades comerciais privadas.

Figura 1: Abertura de trecho da transamazônica onde seria assentada parte dos trabalhadores.



Fonte: Revista Manchete, especial Amazônia. 02/1973 p. 69.

Apesar de tanto tempo, a Rodovia Transamazônica nunca foi concluída. A situação precária ainda continua fazendo vítimas fatais no sudeste do Pará, quer pelas péssimas condições da mesma, com inúmeros buracos, quer pela falta de sinalização em toda a sua extensão.

O conflito que houve em torno da terra ocorreu devido ao descumprimento do compromisso do Governo Federal, visto que este não entregou as terras para os trabalhadores que necessitavam apenas de pequenos lotes para cultivarem a terra e produzir o sustento da família, como muitos aspiravam.

Ao passo que não concedia terra aos trabalhadores rurais, abria enormes áreas para a formação de pastagens, empresas comerciais e projetos agrominerais. Com isso, era necessária uma farta mão-de-obra e precisava-se de um argumento para atrair pessoas para atender essa produção. Entende-se, assim, que o discurso do Presidente Médici era simplesmente para atrair um deslocamento em massa para a região, com segundas intenções.

Conforme Fernandes (1994 p. 31):

Era preciso levar trabalhadores para que fossem implementados os planos da “operação Amazônia”, pois de nada adiantaria grandes projetos agrominerais e agropecuários em uma região onde faltava força de trabalho.

É necessário destacar que as áreas de castanhais por nós pesquisadas entram na disputa territorial empreendida entre os antigos donos dos castanhais, empresas agropecuárias e minerais e os posseiros.

Tomaremos como conceito de território para esta pesquisa as definições empregadas pelo geógrafo Haesbaert (2004). Segundo o autor, a palavra etimologicamente apresenta dois sentidos. O primeiro é relacionado à própria terra (pedaço de chão). Já o segundo, mesmo sendo menos utilizado, aqui é importante pelo fato de ser empregado com sentido de sentimentos (poder e medo) em relação àquela terra, ou seja, poder, para quem dela se apropria, tornando-se dono deste território, mesmo que demarcado; e medo para quem dele é expulso ou para quem o perde.

As relações de poder que definem o território têm a ver com as características dos sujeitos que dele se apropriam e com suas reais intenções e objetivos. Esses objetivos vão, muitas vezes, além da simples posse de um pedaço de chão para viver, podendo ser também de ordem social, econômica, política, cultural e religiosa. Logo, não basta estudar o território em si, mas os sujeitos que dele fazem parte e que dele se apropriam a fim de saber as causas dos problemas que eles apresentam e a realidade local atual (HAESBAERT, 2004).

De acordo com HAESBAERT, (2004, p.95):

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (Haesbaert, 2004:95-96).

Assim, os territórios dos PA’s Grotão do Rato I e Castanhal do Rato II, são castanhais que foram ocupados pelos trabalhadores rurais e são duas das principais áreas de disputa territorial do sudeste paraense, incorrendo em diversas chacinas que foram efetuadas a mando dos fazendeiros, eliminando, assim, os posseiros que deles se apropriavam, prevalecendo, dessa forma, a relação de dominação do território e não somente de apropriação.

Assim, na região e nos PA’s pesquisados os territórios foram controlados, de fato, por aqueles que hegemonizavam o poder econômico e político, prevalecendo no local o poder material e o poder simbólico das elites, o qual Haesbaert (2004) denomina como poder material quando o território, com relação à terra, é utilizado para fins econômicos, como plantações, extrações e produções gerais nessa terra. Enquanto que poder simbólico é aquele que os proprietários do território criam para dominar os sujeitos que não fazem parte desse território ou que não o possuem ou os que o possuem, mas em menor área.

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista). (HAESBAERT, 2004, p. 03)

Como produto dessas disputas por/no território existiam as chacinas, a exemplo da que ocorreu no castanhal Ubá, no município de São João do Araguaia, a mando de Edmundo Virgulino, onde o pistoleiro *Sebastião da Terezona*, como era conhecido na região, eliminou 08 (oito) posseiros em junho de 1985 e entre os assassinados estava uma jovem grávida. Conta-se que os pistoleiros tinham fama de homens maus, pois trabalhavam com um único objetivo: matar quem quer que fosse, sem dó e nem piedade.

Ondina Oliveira Paiva faz a seguinte afirmação sobre o ocorrido:

“Eu fui à missa, à missa do sétimo dia, e ainda vi os cabelos da Francisca fora da cova, ela estava grávida de cinco meses. Ela foi enterrada na cova rasa. Foi triste, mas ninguém podia fazer nada, senão morria também. Aí todo mundo se calava e vivia com medo de ser o próximo” (Entrevista concedida por Ondina Oliveira Paiva, ex-assentada do PA Caxiú, primeira professora deste assentamento, entrevista concedida em 18/09/2011).

Bem antes dessa chacina de Ubá houve um conflito no castanhal Pau-Seco no início de 1972. Nessa época teve início a ocupação, mas o assentamento só foi efetivado em 1982, após o assassinato do advogado Gabriel Sales Pimenta em 04/10/1982 pelos pistoleiros “Marinheiro e Auricado” a mando do fazendeiro “Nelito” (LEROY, apud HEBETTE, 2000, p. 03).

Durante o período de dez anos, entre os anos de 1972 e 1982, os posseiros sofreram e foram submetidos a diversas violências, pois o assassinato do advogado era um sinal de que a violência imprimida pelos foreiros era grande contra os ocupantes dos castanhais. A briga pela terra tornou-se uma realidade na região sudeste do Pará, prevalecendo até então.

De acordo com o informante João Ferreira, conhecido popularmente como “Cicinho”, ex-morador do PA Pau-Seco:

“Esse castanhal era de Maria Musalém, mas quem estava à frente era o fazendeiro ‘Nelito’. A polícia ia na área para fazer a desocupação, mas expulsavam e queimavam tudo. Foram lá três vezes. Os homens ficavam escondidos na mata para atacar os trabalhadores, mas nós também ficava sempre atento. Enquanto uns iam derrubar, outros ficavam escondidos prestando atenção em tudo. Nós levava vantagem porque a gente conhecia a mata e eles não”. (...) “nós não tinha pra onde correr. A ajuda só era de Deus e da igreja católica” (*Cicinho*, ex-assentado, entrevista concedida em 25/07/2013).

É importante a colaboração de “Cicinho”, assim como de outros assentados e ex-assentados para dar credibilidade às informações aqui expostas, pois são de conhecimento de muita gente que viveu na época, mas que não constam em livros ou qualquer outro gênero textual que fale sobre a região e sobre seus conflitos agrários. Ele afirma ainda que o grupo de pistoleiros era de homens fortes e altos, que agiam com violência em favor do fazendeiro “Nelito”:

“O grupo de pistoleiros era na faixa de oito homens que foram no castanhal por três vezes e acabaram com tudo, esse grupo era de Marabá. Esse grupo era conhecido por ‘boi búfalo’”. Todo mundo conhecia, mas ninguém tinha a coragem de denunciar nem de falar nada pra qualquer autoridade (*Cicinho*, ex-assentado, entrevista concedida em 25/07/2013).

Devido a esses absurdos que foram praticados contra os posseiros e por serem relatados por pessoas que têm profundo conhecimento de vários tipos de crimes, os trabalhadores rurais foram submetidos a diversas sabotagens e com isso questionavam a omissão do Estado.

Na época os trabalhadores rurais recebiam ajuda da igreja católica e os advogados da CPT (Comissão Pastoral da Terra) cuidavam da defesa jurídica dessa classe trabalhadora que não era reconhecida pelo Estado. Ao contrário da fama dos posseiros, que tinham uma repercussão negativa para a sociedade e eram tidos por invasores de terras, guaxebas e outros nomes de cunho pejorativo, devendo, portanto, serem expulsos das ocupações de terra (castanhais) através da violência brutal.

Com a ocupação dos castanhais dos municípios que faziam parte do polígono dos castanhais, prescindia o conflito entre posseiros e membros da oligarquia castanheira. Os castanhais Fortaleza e Cajueiro, por exemplo, foram ocupados no município de São Geraldo.

De acordo Emmi (1987, p. 140):

Em agosto de 1981, um conflito eclode em região castanheira próxima de Marabá (castanhais cajueiro e fortaleza no distrito de São Geraldo município de Xinguara). Esse conflito culminou na prisão de 13 posseiros e dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gariou.

Os conflitos causados pelas ocupações das áreas de castanhais pelos posseiros não se limitou a essa categoria; todas as entidades que mantiveram apoio de solidariedade pelos trabalhadores rurais foram vítimas de violência: a igreja, o STR, advogados e membros no geral. A igreja foi a que teve o papel fundamental em prol dessa classe de trabalhadores e também esteve envolvida nos conflitos pelas terras e ainda passou a ser acusada de incitadora de ocupação de terra. Ela também foi vítima da violência difamatória da oligarquia castanheira e do estado autoritário.

A igreja tinha conhecimento dos perigos que a rondava, os posseiros agricultores e membros da entidade também, mas não se acovardaram diante das ações caluniadoras e deram continuidade através das CEB's.

De acordo com Assis (2007, p. 65):

O apoio da igreja católica aos agricultores estabelecidos e aos posseiros mediante as ações nas CEB's colocavam os padres e os agentes da Pastoral da Terra na lista de suspeitos de colaboração à guerrilha com incentivos, como a ocupação de terras.

Dando continuidade em relação aos conflitos e chacinas que os posseiros no município de Marabá foram submetidos pela reação violenta dos foreiros de castanhais que faziam parte da oligarquia castanheira, nota-se ainda que os mesmos detinham o controle castanheiro em outros municípios.

De acordo com Emmi (1987, p. 148):

As cinco áreas de castanhais onde houveram as maiores chacinas no ano de 1985 consta que somente o castanhal Ubá possuía título definitivo. Os demais eram títulos de aforamento.

As chacinas cometidas nos castanhais representaram um pouco das várias violências enfrentadas pelos posseiros que na tentativa de possuir o lote para trabalhar, insistiam em permanecer nas ocupações dos castanhais, organizando-se para enfrentar os possíveis ataques de pistoleiros.

A necessidade da organização interna era para tentar impedir ataques de pistoleiros, através do conhecimento da mata, pois com suas estratégias de defesa, iriam proteger seus familiares.

De acordo com a colaboradora Ondina Oliveira Paiva¹¹:

“Os posseiros se organizaram e decidiram criar a vila dentro dos castanhais para as mulheres e os filhos ficarem durante o dia, enquanto os homens iam para o mato derrubar e fazer plantio. Durante a noite, todos os homens ficavam em vigilância, com o intuito de proteger suas famílias”. (Ondina Paiva, entrevista concedida em 18/09/2011).

A entrevistada relata ainda que a estratégia de defesa era necessária também nas construções dos barracos na vila dentro dos castanhais:

¹¹ Ex-assentada do castanhal Cuxiu.

“O barraco tinha que ter no mínimo duas portas porque se a gente fosse atacado por uma porta, saía com as crianças por outra porta. Aí se embrenhava mato a dentro até achar um lugar seguro pra ficar até o dia amanhecer. Mas era preciso conhecer bem a mata”. (Ondina Paiva, entrevista concedida em 18/09/2011).

Durante a pesquisa de campo tivemos acesso a vários depoimentos de suma importância não só para este trabalho, mas também para conhecimento de muitos que querem entender o desenvolvimento histórico do sudeste do Pará, no que diz respeito aos seus inúmeros conflitos pela posse da terra, baseados em relatos de experiências vivas.

Deste ponto em diante iremos nos deter sobre a violência que os posseiros dos castanhais Anajás e Castanheira sofreram. Assim como os outros, os ocupantes desses castanhais também não foram poupados da violência com vítimas fatais. De acordo com Elias Leite:

“Aqui nós éramos visitados por homens de boa aparência que se diziam advogados do dono do castanhal. Um certo dia três homens chegaram num carro de cor cinza e nos perguntaram: vocês sabem que este castanhal tem dono? Vocês vão sair daqui !”Metiam medo na gente. E a gente convivia com isso direto (Elias Leite, entrevista concedida em 18/12/2014).

Outro entrevistado, Raimundo Tavares, assentado do PA Grotão do Rato I fez a seguinte afirmação:

“Nós, homens, vínhamos pra terra, mas não podia trazer a família. Qualquer hora podia ter um dismantelo e a gente sozinho era mais fácil de aguentar. Aqui era difícil. Eu dormia na rede armada no galho da mangueira lá no alto pra vigiar o lote e me defender da perseguição”. (Raimundo Tavares, assentado do PA Grotão do Rato I, entrevista concedida em 22/11/2015).

Mediante estas declarações dos assentados, pode-se constatar que esses posseiros que resistiram nas ocupações e depois se tornaram assentados pelo INCRA são pessoas corajosas que se intimidaram, mas insistiram no objetivo de obter um lote, um pedaço de chão e garantir a subsistência de suas famílias.

Para completar as entrevistas, o ex-assentado do PA grotão do Rato I, Nonato Vicente, faz a seguinte afirmação sobre triste realidade de conviver com o medo durante aquele tempo:

“Os posseiros só ficavam nos barracos durante o dia. À noite, todo mundo dormia no mato. Não era qualquer lugar. Os posseiros sabiam que podiam ser atacados durante a noite”. A gente já vivia que nem escravo fugitivo: era cada dia num lugar diferente dentro do matagal, para não correr o risco de ser encontrado com facilidade. (Nonato Vicente, ex-assentado do PA Grotão do Rato I, entrevista concedida em 22/06/2014).

As declarações dos entrevistados assentados da Gleba Itacaiunas demonstra que esses indivíduos que resistiram durante as ocupações, com o objetivo de receber o lote para trabalhar, são pessoas que, de certa forma, não temeram a morte, mas para muitos posseiros que perderam amigos, membros da família, compadres e outros, mostra que o principal ponto da ocupação era a permanência para que esse castanhal fosse transformado em projeto de assentamento.

Essas transformações demandavam um longo tempo porque os posseiros precisavam da terra para morar e trabalhar. Os foreiros queriam manter de qualquer forma esses castanhais em seu poder, sob o título de aforamento.

A pressão da oligarquia castanheira para manter o domínio do território foi tão exagerada que “tentaram requerer as sobras de terra entre os castanhais e para isso usaram vários tipos de ilegalidades para expulsar os posseiros e evitar as ocupações dos castanhais” (PEREIRA, 2015, p.147).

Ao ocuparem determinadas áreas os ocupantes ficavam cientes dos perigos que iriam encontrar e que era preciso resistir. E para resistir eram necessárias estratégias durante a ocupação. De acordo com Emmanuel Wanberguer:

“Sou do tempo que a gente fazia roça detrás dos paus. Eram estratégias de conquista de terra, de resistência, com seus códigos de ocupação, invasão, greve, quebradura de milho, ocupação, acampamento, romaria, comitê” (WANBERGUER apud HEBETTE, 2000).

As ocupações feitas por posseiros eram por necessidade, pois tinham de possuir um lote para trabalhar na agricultura familiar, assim poderiam manter suas famílias com o que produzissem e ainda obter algum lucro sobre a produção. Os posseiros foram incansáveis na luta pela terra, mesmo com tanta violência a que foram expostos. As desapropriações não foram imediatas. Somente em 1987 é que o primeiro Projeto de Assentamento em São João do Araguaia é realizado.

De acordo com Almeida (2012, p. 65):

Para que um território seja construído outro deve fenecer. Tem sido assim ao longo das eras. A eterna construção e desconstrução do território e a alternância do poder. Assim, sob o decreto de nº 3.938 de 15 de Junho de 1987, numa área de 5.058.472,8 hectares, foram assentadas 92 famílias, do que veio ser o primeiro PA da reforma agrária no sudeste paraense, o Castanhal Araras, localizado no Município de São João do Araguaia. Dava-se assim, início a desconstrução do que ficou conhecido como polígono dos castanhais.

A tabela 3 a seguir indica que a luta posseira resultou na territorialização dos posseiros e seus familiares, mediante a criação de diversos assentamentos entre os anos de 1987 e 2005.

Tabela 3: Criação de PA's por período.

Período de criação	Quant. de PA's criados
1987 a 1995	64
1996 a 1999	202
2000 a 2005	184

Fonte: INCRA/SR27/SIPRA – Sistematização: Rogério Almeida.

Após a implantação do PA Castanhal Araras, a violência continuou contra os posseiros. A década de 1980 é comprovada oficialmente como a mais violenta. “Entre os anos de 1985 e 1989, 488 pessoas foram assassinadas no campo, sendo 125 somente em 1985 e a região deu às cotas às chacinhas no mesmo ano de Ubá, Princesa e Fortaleza” (ALMEIDA, 2012, p. 60)

No conflito entre os trabalhadores do MST e a Polícia Militar na curva do “S” em Eldorado dos Carajás foram mortas 19 pessoas na data de 17 de Abril de 1996, contabilizando mais um violento conflito por terras.

É importante registrar que os crimes cometidos por pistoleiros a mando dos fazendeiros ficavam impunes. Talvez fosse essa impunidade - que ocorria por diversos fatores, entre eles a influência e poder que muitos latifundiários possuíam na região - que fazia com que a violência continuasse imperando. Os mandantes sequer foram presos e, no máximo, os praticantes dos crimes foram detidos, quando não conseguiam fugir ou conseguir benefícios como *habeas corpus*.

A ação da violência contra todos que se envolvem na luta por terra não para. Segundo dados da CPT, dentre os casos estão 914 assassinatos de trabalhadores,

advogados e agentes pastorais envolvidos na luta pela terra no Pará entre 1996 a 2010 (PEREIRA, 2015, p.41).

1.2. Formação do espaço agrário

Em Marabá, durante o extrativismo da castanha, os moradores locais e migrantes eram envolvidos na colheita e desenvolviam outras atividades como a agricultura familiar, mas em menor escala. Os agricultores e criadores de gado contribuíram com essas atividades para a economia do município.

De acordo com Emmi (1987, p. 59):

Assim, ao longo da década de 1920 e em outras posteriores, a economia de Marabá continuava girando em torno do extrativismo, uma vez que até mesmo a agricultura e a criação de gado que era praticada em pequena escala.

Como vimos, a agricultura não era atividade de destaque econômico, mas sempre foi praticada, talvez por necessidade de consumo. Há indícios de que a agricultura era desenvolvida pelos colonos nas localidades próximas de Marabá. Os produtos cultivados pelos colonos eram comercializados no núcleo da cidade.

Segundo Assis (2007, p. 20):

Existiam registros de loteamentos nos arredores da cidade de Marabá, onde pequenos produtores se instalaram com o fim de produzir para o abastecimento dos trabalhadores da coleta. A agricultura desenvolvida por agricultores vindos de vários estados do Nordeste, principalmente do Maranhão, se desenvolveu um pouco mais distante do núcleo urbano, às margens do Rio Tocantins e próximos aos núcleos de Itupiranga e São João do Araguaia.

Marabá se torna o ponto principal na produção da castanha e permanece até a década de 1960. A partir dessa data não é mais a terra dos castanhais como ficou conhecida. Até 1950 o município não é atingido imediatamente. Era o período que as propostas de mudanças para o país estavam sendo amadurecidas pelos mentores que previam mudanças profundas para a Amazônia.

Em 1964, ano em que teve início a Ditadura Militar, o governo colocou em prática os projetos e programas de desenvolvimento para a Amazônia, Com a implantação do PIN que visava à integração da região ao resto do país e o PND (ALMEIDA, 2012, p.90).

Já havia estudos profundos sobre a região antes mesmo do ano de 1964. Portanto, a década de 1970 é marcada profundamente pela penetração do capital financeiro e industrial para o sudeste do Pará. Com esses avanços (instalação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD); construção da Hidrelétrica de Tucuruí), Marabá sai da condição de município centrado na economia extrativista (BRAGA, p. 68, 2015). Baseado nesses pressupostos, a década de 70 no sudeste paraense é marcada por diversas mudanças produzidas pelo capital.

De acordo com EMMI (1987, p. 116):

A convergência dos processos de expansão do capital e da centralização autoritária do Estado é fadada a interferir profundamente numa estrutura social e política e oligárquica como Marabá. Essa interferência se manifesta em diversos aspectos e diversos níveis.

A economia extrativista na visão dos militares não tinha importância para o desenvolvimento do país. O extrativismo vegetal na Amazônia que foi praticado durante várias décadas sai de cena comercial devido à existência de outras fontes de recursos na região, onde o capital mercantil foi substituído (BRAGA, 2015, p. 68).

É possível afirmar que o objetivo dos projetos e programas, principalmente dos militares, era de explorar os diferentes recursos existentes no sul e sudeste do estado, que são: hídrico, vegetal e mineral.

Em meados da década de 1960, com a abertura da Transamazônica, a vinda de homens para o sul e sudeste paraense era crescente devido à necessidade de mão-de-obra para atender às diversas atividades que estavam sendo praticadas no sul e sudeste. A força principal do trabalho foi para atuar nas empresas de mineração que tinham escritórios em Marabá.

Segundo Emmi (1987, p. 116), entre os anos de 1968 e 1969 a Meridional, encarregada da prospecção na Serra dos Carajás, tinha seu escritório em Marabá, por onde passaram dois ou três mil operários ocupados na mina.

Mediante as instalações de empresas de diversas atividades, a oligarquia castanheira é atingida profundamente, perdendo o poder soberano que tinha sobre a sociedade marabaense. Contudo, alguns ex-barões da castanha ainda hoje possuem forte influência na sociedade de Marabá, tanto no nível social, como político e econômico. De acordo com Emmi (1987, p.38), essa forma de poder está relacionada com uma característica regional: o isolamento das cidades e povoados,

acessíveis somente pelos rios, os quais proporcionavam monopólio das comunicações e do comércio.

Almeida (2012, p. 46), enfatiza que a civilização brasileira possui vínculos profundos, herança da colonização, mostrando o quanto significou e ainda significa poder político e econômico.

A prática de controle, através do poder, era mantida e prevalece ao longo das décadas. De acordo com as legalidades previstas na Constituição Republicana, onde dava pleno direito de controle das terras da união para os estados. A região Norte foi uma das beneficiadas (EMMI, 1987, p.129).

Ainda de acordo com Emmi (1987, p. 43), “a transferência das terras devolutas do patrimônio da união para o patrimônio dos estados, vai beneficiar em regiões como o Norte, a formação de novos latifúndios”.

A formação de novos latifúndios foi se formando através dos títulos de aforamento de terras que teve início em 1924, onde as concessões de terra foram efetuadas. De acordo com Sampaio (1989, p. 53), o governo do Pará adotou então um sistema de aforamento, conforme a Lei nº 913 de 04 de fevereiro de 1924, que concedia um aforamento perpétuo. Com essa aprovação é definida as áreas de castanhais pelos arrendatários de áreas privadas.

A Lei do arrendamento não foi suficiente para atender às exigências dos arrendatários, sendo substituída pelo Decreto nº 3.143 de 11/11/1938, que regulamentava o serviço de arrendamento de terras para exploração de produtos naturais. Este Decreto regulamentava a exploração dos produtos naturais. Também serviu de acerto político entre arrendatários e governo estadual, que pode ser entendido por troca de favores (ASSIS, 2007, p. 20).

Essa troca entre eles propiciou grandemente um pequeno número de famílias e são essas famílias que irão se manter no controle durante várias décadas. Todo Decreto contém os limites que deverá ser respeitado.

Segundo Assis (2007, p.21):

O Decreto estipulava que o loteamento fosse feito a partir de um curso d'água que, portanto, tomaria toda a frente, o que facilitava a comunicação. Os lotes não podiam exceder uma légua quadrada. Os arrendatários seriam obrigados a “promover a limpeza dos igarapés e grotões, estradas e caminhos. Cada arrendatário deveria manter um ‘roçado de 100 metros quadrados para as plantações de cereais’. Em cada lote deveria se plantar duzentas castanheiras e construir um

sólido barracão. O contrato seria inicialmente por uma safra e depois por cinco anos, podendo ser refeito caso não obedecesse”.

Diante das leituras e análises que foram feitas sobre o Decreto nº 3.143 é possível afirmar que nem todos os pontos foram respeitados. O principal ponto negativo foi a devolução dos lotes para o Estado para que fosse arrendado para outros interessados. O arrendamento de vários lotes para membros da mesma família, chefes políticos e comerciantes dava-se por meio de troca de favores e fidelidade partidária. Devido ao privilégio que era mantido entre o Governo e seus correligionários, a concessão de lotes era mantida de forma que iam aumentando os lotes para as famílias agraciadas pelo Estado (EMMI, 1987, p. 69).

De acordo com Assis (2007, p. 21):

O arrendamento de vários lotes por membros da mesma família e o esticamento da légua quadrada foram mecanismos que multiplicaram as áreas, e sob o domínio viria a ser chamado mais tarde de Oligarquias dos castanhais. Na prática, quem recebia a concessão de uma légua explorava muito além dessa área. Mediante o domínio sobre o território, se exercia domínio sobre a natureza, a economia, a política e as relações sociais.

É importante ressaltar sobre o arrendamento de lotes que, antes de ser oficialmente legalizado pelo Decreto nº 3.143, a prática de concessões de terra já existia no estado. As maiores concessões foram durante a gestão do secretário de estado Deodoro Mendonça. De acordo com Emmi (1987, p. 82), além da posição que ocupava, o mesmo fez diversas concessões de terra para obter apoio político e controle econômico; pois também era comerciante de castanha em Marabá.

De acordo com Emmi (1987, p. 83):

no exercício do poder em Marabá, Deodoro contava com o apoio dos sócios da firma DIAS & CIA, na qual configurava Lusignam, Dias, o intendente municipal João Anastácio de Queiroz e o agente de leilões judiciais de Belém José Carneiro Conduru – procurador de Deodoro.

Vale ressaltar que, segundo Emmi (1987, p. 85), Deodoro Mantinha um grupo de pessoas a seu dispor. Talvez fosse pelo poder, que na época falava mais alto, que se efetuavam com sucesso as irregularidades sobre o controle dos lotes e o comércio da castanha.

Devido à consolidação do Movimento Militar de 1930, assume o interventor do estado Magalhães Barata, no período de 1930 a 1934. Com essa ruptura no estado, o poder comercial de Deodoro de Mendonça é quebrado. Nesse momento, entra em ação outro grupo de comerciantes:

Concomitantemente com esse recuo político, Deodoro perde o exclusivismo comercial, pois tinha surgido em Marabá concorrentes liderados pela firma A. BORGES & CIA. Ela passa a atuar como intermediária na concessão de castanhais entre correligionários do Partido Liberal interessados no comércio da castanha e o interventor Magalhães Barata (EMMI, 1987, p.92)

O governo de Magalhães Barata pode ser considerado um período curto, pois é substituído por José Gama Malcher (1814-1882) com o resultado das eleições de 1835. Com o retorno de José Gama ao poder, as concessões de castanhais efetuadas pelo interventor anterior aos adversários sofreram alterações, como ressalta Emmi (1987, p. 93):

Ao assumir, Malcher revogou as principais leis que prejudicavam os interesses dos oligárquicos da castanha. Com o retorno de Malcher no governo do estado foi mantido a presença de Deodoro de Mendonça no poder, porém, não houve o total domínio no comércio de castanha. Em Marabá existia outro grupo comercial e Deodoro perde apoio de seu aliado João Anastácio.

Com essas perdas, no comércio e na política, o controle do poder é abalado, mas Deodoro ainda mantém a fidelidade de seus parentes, aonde se mantém no poder até a década de 1940.

É importante destacar que uma das famílias beneficiadas pelo estado representado pelo secretário geral Deodoro de Mendonça foi o tronco familiar dos “Mutran”. Essa família descendente de Sírio-Libaneses migrou para o município de Grajaú no Maranhão, onde residia e era comerciante de gêneros alimentícios. Mais tarde deslocara-se para o Pará no intuito de fixar moradia, chegando a Marabá no final do ano 1920. Na década seguinte faz parte do campo de comerciantes sendo arrendatários de castanhais e compradores. Nesse período eles entram no comércio como aviados.

Conforme Emmi (1987, p. 96):

A trajetória do grupo se inicia como modestos “aviados” da firma A. BORGES & CIA, passando depois eles mesmos para aviadores e

posicionando-se na política local do lado oposto aos seus antigos patrões.

É importante ressaltar que esse tronco familiar não é o único a entrar para o comércio de castanha na condição de aviados. Outros troncos familiares que posteriormente se transformaram em grandes proprietários de castanhais também foram aviados pela mesma firma. Entretanto, esses grupos familiares passaram da condição de aviados para serem aviadores de mantimentos durante a safra da colheita de castanha.

Conforme Emmi (1987, p. 78):

Esses grupos que tornaram aviadores – quer dizer, adiantavam aos castanheiros os mantimentos necessários durante a época da coleta – aviavam intermediários que vinham de fora e muitas vezes traziam seus próprios castanheiros. O informante acima citado relacionou entre os seus antigos clientes, os MUTRAN, OS PINHEIROS, OS CARNEIROS e OS ALMEIDA.

Observa-se, baseado nas considerações de Emmi e em relatos de ex-assentados, que esses grupos familiares que entraram para o comércio da castanha na condição de aviadores talvez não tivessem condição financeira nessa época, mas em pouco tempo foram alçados à condição de aviadores. São esses grupos familiares que se tornaram os principais proprietários das áreas dos castanhais.

Todas as famílias envolvidas no processo de arrendamento de lotes e aforamento foram beneficiadas, porém, há de se destacar a superioridade do tronco familiar Mutran sobre as demais. Ela se destacou ao adquirir extensas áreas de castanhais, no comércio de exportação de castanha e como aviadores de produtos alimentícios para os castanheiros. Quem viveu em Marabá há tempos, sabe a fama que a família adquiriu na cidade e na região.

Segundo relatos de ex-assentados, o grupo familiar mantinha grupos de migrantes goianos e nordestinos. Em sua maioria eram maranhenses que vinham se abastecer com esses aviadores e, em consequência, eram forçados a entregar o produto (castanha) para os comerciantes aviadores.

As dívidas contraídas durante a safra de castanha era uma forma de aprisionar o trabalhador da castanha para a próxima safra. Aliás, aprisionar o trabalhador é uma prática que teve início no Amazonas na extração do leite da seringueira. Em Marabá, durante a extração do caucho, os trabalhadores eram mantidos pelo sistema de aviamento. Essa prática é considerada irregular porque

eles não tinham o direito de questionar nada, nem de saber o preço da mercadoria e, na maioria dos acertos de contas os trabalhadores estavam endividados com o patrão, bem como ressalta Coelho e Monteiro (2007):

Algumas famílias poderosas controlavam as casas de comércio que compravam castanha-do-pará e remetiam o produto rio abaixo para exportação. Essas mesmas famílias dominavam a política da região, com uma rotatividade de cargos políticos, conforme os grupos políticos aos quais eram afiliados perdiam ou ganhavam o controle do governo. Essas alianças eram usadas para controlar o arrendamento dos castanhais do estado do Pará e assim monopolizar a extração da safra. Esses grupos também dirigiam as ações do destacamento estadual local da polícia militar. (COELHO; MONTEIRO, 2007, p.119)

Segundo Emmi (1987, p.101) e o que lembram assentados e ex-assentados as irregularidades praticadas pelas famílias foram diversas. “Elas ainda passaram a se apropriar dos castanhais “livres” ou castanhal de servidão pública, para aumentar suas propriedades”. Também foi uma forma de manter o controle dos trabalhadores e da produção. Os castanhais do povo foram concedidos para os pretendentes entre as décadas de 1920 e 1950. Vale ressaltar que as áreas de servidão pública próximas ao núcleo Pioneiro de Marabá foram concedidas para políticos membros da família que manteve o controle total dos castanhais.

De acordo com Emmi (1987, p. 107):

Onde é hoje a Nova Marabá, era um enorme castanhal de servidão pública dos mais produtivos. Chegava a dar 4.000HI a 5.000HI por safra. O prefeito dava uma matrícula a quem queria coletar castanha. Mas na gestão de alguns prefeitos, a começar por Augusto Dias, outros que vieram começaram a se repetir. Tem gente em Marabá que ainda tem lote nessas terras: o Dib Salomão, Zizi Mutran, Guido Mutran, Leonel Virgulino, Josico Vergolino, Antônio Miranda e outros.

Percebe-se a lista de proprietários dos castanhais livres que pertencem ao mesmo tronco familiar. Esses castanhais deveriam ser respeitados, mas o que prevaleceu na época foram as irregularidades, das quais muitas foram legalizadas pelo estado. Outras irregularidades foram as transferências das áreas de castanhais para as propriedades privadas, fato que proporcionou a concentração de terra e o domínio econômico e político na região. Nessa época o estado exercia plenos poderes sobre as terras da união e os desmandos não se limitaram entre os representantes do governo do estado e seus aliados em Marabá.

Conforme Emmi (1987, p. 103):

Durante os anos 1950 verifica-se o apogeu econômico e político desse grupo dos Mutran apoiado no comércio e exportação da castanha. No governo Zacarias de Assunção (1950-1954), será o maior beneficiado pelo aforamento perpétuo, modalidade de apropriação de castanhal que havia sido extinta em 1930 (embora continuasse o privilégio de alguns no governo Malcher).

Não podemos omitir as irregularidades cometidas por membros de outras famílias, porém a que se destacou em vários níveis negativos, inclusive de violência, foi a família de descendentes de Sírio-Libaneses. A família que foi denominada por Almeida (2012, p. 86) de “A senhora dos castanhais” (família Mutran):

Na paisagem das oligarquias dos castanhais, a dos Mutran se tornou a de maior destaque. Notabilizou-se na história do sudeste paraense pelo abuso de violência. A condição de escravidão ou modo similar de submissão continua a ocorrer nas terras do Araguaia/Tocantins. O modelo é apenas uma face das variadas modalidades de violência que povoam a atmosfera local. Uma bela expressão da modernidade.

O monopólio da exploração de castanha deu-se de forma severa, como ressalta Almeida (2012) para os trabalhadores. O controle foi além do local da coleta. De alguma forma esses trabalhadores eram vigiados e eram aviados por determinado grupo de comerciantes que detinham o capital mercantil. Os grupos de comerciantes ampliaram o controle na produção e passaram da condição de financiadores para arrendatários de áreas de castanhais.

As lutas pelas terras do sul e sudeste do Pará se deram entre quatro categorias que disputaram o controle da terra. As categorias são: empresas, índios, posseiros e a oligarquia.

As empresas industriais e comerciais que vieram se instalar no sul e sudeste do Pará através do programa PND que previa o desenvolvimento para a Amazônia com incentivos de recursos financeiros e inserção de impostos fiscais foram as principais beneficiadas, uma delas é a Companhia Vale do Rio Doce, que até hoje mantém forte influência, poder e ganhos sobre a região.

A categoria indígena entrou na luta pela terra devido aos avanços empresariais nas suas terras. Essas foram atingidas, não foram respeitados os limites que demarcavam as terras indígenas. Devido a esses avanços territoriais

sobre os indígenas, posseiros e pequenos agricultores passaram a lutar contra o poder do Estado.

A categoria dos posseiros foi a mais atingida e a que teve maiores perdas pela violência privada e do Estado, que imprimiram todos os tipos de violências contra essa categoria. As violências foram do tipo física, judicial e governamental. A oligarquia castanheira travou uma luta pela terra para manter entre as suas posses as áreas de castanhais que na época já tinham dupla função. Durante a safra castanheira eram explorados os recursos naturais, mas essas áreas também foram usadas para pastagens de gado bovino.

Os fazendeiros da oligarquia não tiveram o mesmo poder para lutar contra o estado, muito embora essas terras que foram adquiridas pelas concessões do estado a partir do período do governo de Lauro Sodré não foram à união, mas sim, destinadas a pessoas influentes, sujeitos que detinham o poder na região. Nesse contexto, fazendeiros, membros de famílias da oligarquia castanheira, agregavam tanto poder que foram indenizados pelas áreas de castanhais que foram transformadas nas fazendas, a exemplo de Santa Rosa e Mangueiras, localizadas às proximidades do núcleo pinheiro (atualmente nova Marabá), como destaca Emmi (1987, p. 108):

Os governos municipais foram apropriando as áreas de castanhais fazendo derrubadas, na área da nova Marabá eram do município e de um tal de Antônio Chaves. Elas foram passadas para os Mutran quando o Nagib era prefeito. Nelas havia as fazendas e mangueiras. Para construir a Nova Marabá a prefeitura teve que indenizar os herdeiros de Nagib no governo do prefeito Elmano.

Não é difícil compreender as relações regulares entre estado e autoridades locais no município de Marabá. Na época em que o estado mantinha total controle das terras foram intensas as redes de cooperação entre estado, município e a oligarquia castanheira que vinha se mantendo no controle total sobre as terras por várias décadas consecutivas, muito embora a partir de 1964 tivessem seu poder territorial relativamente afetado quando as terras passaram a ser controladas pela união.

De acordo com Assis (2007, p. 29).

O objetivo do DL nº 1,164171 era transferir para a responsabilidade da união a maior quantidade de terras visando atender tanto o programa de colonização dirigida quanto o programa de incentivos

fiscais. Esta transferência de responsabilidade sobre as terras ficou conhecida na literatura corrente sobre o tema como “federalização das terras”.

Com a tomada dessa medida pelo governo federal o monopólio que era mantido pela oligarquia local, juntamente com o governo estadual, é atingido bruscamente. Até a década de 1970 mantiveram o monopólio total sobre as terras, a economia, a política e as relações sociais.

De acordo com Assis (2007, p. 22):

As famílias que se estabeleceram com base no comércio, tinha sobre seu controle o capital, os meios de comercialização como barcos, armazéns contados fora da região, e ainda os benefícios auferidos pela “relação privilegiada” com as autoridades locais e gerenciadoras de todo processo econômico e político regional. A conjunção desses elementos fazia dessas famílias autoridades locais e gerenciadoras de todo processo econômico e político regional, tendo a cidade de Marabá como um centro regional de decisão. O motor do processo era o sistema de aviação, mas que gera transação comercial. O aviação gerava relações de dominação e exploração da maior parte dos trabalhadores da época, os coletores.

Percebe-se o total controle mantido por essas famílias em diversos segmentos da sociedade marabaense, porém com a interferência do governo e dos posseiros o monopólio é alterado.

A partir deste ponto iremos nos deter sobre a luta pela terra entre posseiros, oligarquia castanheira e estado, além da formação da agricultura familiar através da implantação dos assentamentos.

As ocupações dos castanhais pelos trabalhadores rurais se deram pela necessidade de terra para trabalhar e devido a ausência das políticas públicas que atendessem a demanda. Essas políticas foram direcionadas para outros setores como agropecuários e agrominerais. Pode-se entender que durante o planejamento para a Amazônia nas mudanças previstas a partir de 1964 para o país, a reforma agrária não foi contemplada nos projetos. No Governo Médici, através dos discursos mirabolantes, seduzindo o povo nordestino a vir para a Amazônia para receberem lotes de terra é possível afirmar que o plano não era somente de entregar lotes, mas principalmente transportar mão-de-obra de outras localidades para o sul e sudeste nas grandes obras de exploração de recursos naturais. De acordo com Coelho e Monteiro (2007, p. 34) “os propósitos governamentais de reverter o curso da história

de um país rural, minerador e atrasado incluíram apenas perifericamente a integração do espaço amazônico”.

Conforme Assis (2007, p. 30):

A política da terra para a Amazônia teve o papel de garantir os estoques de terras necessários à estruturação de grandes empresas, bem como manter o baixo preço das terras. Esses dois objetivos foram obtidos pela federalização das terras devolutas dos estados, pelos mecanismos de privatização das terras, pela impunidade e oficialização da grilagem e por não se dar qualquer apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar na fronteira.

Mediante a “ausência” do estado, os trabalhadores rurais se organizaram e partiram para a ocupação dos castanhais e essas ocupações se deram em outros municípios da região. De acordo com Ondina Paiva¹², uma das colaboradoras deste trabalho:

“o primeiro castanhal que foi ocupado foi o castanhal ‘Cuxiú’. Quem passava por dono do castanhal era a família dos Mutran. Nós fomos muito perseguidos, mas ganhamos a terra” (Ondina Paiva, entrevista concedida em 18/09/2011).

A violência que a colaboradora descreve é uma entre as diversas que os posseiros sofreram. Além dessas violências, vale ressaltar que os fazendeiros também possuíam jagunços e, como se não bastasse, a violência judicial também foi imprimida.

De acordo com Leroy (apud HEBETTE, 2000, p. 06):

A violência privada combina-se com violência do estado quando o GETAT traz reforço aos grileiros, ou quando o poder judiciário e a polícia autorizam e realizam despejos truculentos como o da água Fria.

Outra violência imposta sobre os posseiros foi a omissão do estado, quando mandantes de crimes não eram punidos perante as leis do código penal brasileiro. Um grupo de pistoleiros que ficou bastante conhecido foi o do “Sebastião da Terezona”.

De acordo com Almeida (2006, p. 64), um caso escabroso envolve o delegado Aquino no dia 18 de maio de 2001. “Aquino mais alguns fazendeiros, pistoleiros sem

¹² Primeira professora do castanhal Cuxiú.

mandado de segurança chegaram à fazenda Talismã/Remanso, em Marabá, para desocupar a área”. Destruíram toda a plantação de milho, arroz e mandioca a véspera da colheita. 50 famílias foram expulsas da fazenda, quatro prisões foram efetuadas. Sobre este caso, afirma o trabalhador rural Sebastião Rodrigues o seguinte:

“Foram presos eu, meu pai e mais dois companheiros. A acusação é a de sempre: formação de quadrilha, que não admite fiança [...], mas apesar da acusação de formação de quadrilha não admitir fiança, fomos soltos depois do pagamento de R\$ 400,00 reais, hoje a área vem sendo destruída com exploração das castanheiras” (Sebastião Rodrigues, entrevista concedida em 05/04/2013).

O grupo do “Sebastião da Terezona” executou 17 posseiros na fazenda Surubim, de propriedade do Sr. João Almeida, e foi mais um caso de impunidade. Pela reação da justiça a vida dos posseiros não possuía nenhum valor. O que prevaleceu foi a violência contra os posseiros e a impunidade dos mandantes.

Podemos imaginar as dificuldades que os trabalhadores rurais enfrentaram para se manterem desenvolvendo as atividades agrícolas no município, foram perseguidos, expropriados pela própria lei na pessoa do delegado de polícia (Aquino) que agiu ilegalmente em conjunto com outros opressores para expulsar e violentar fisicamente e judicialmente as famílias da fazenda Talismã/Remanso.

De acordo com Pereira (2015, p. 211):

Todos os casos relatados apresentam as violências cometidas pela milícia privada no campo contra os trabalhadores rurais, mas também a omissão, a negligência e a cumplicidade da polícia e de certos membros do Ministério Público e do Judiciário paraense com os grandes proprietários de terra e com suas milícias armadas.

Mesmo diante das violências que foram impostas contra os posseiros com as perdas de companheiros, filhos, irmãos e outros, eles não se retiraram da luta pelas terras.

O primeiro PA foi implantado em 1987, mas não foi suficiente para atender às exigências dos posseiros que prosseguiram na luta. No ano de 1997 foi levantado o primeiro acampamento, induzido pelo INCRA, por quarenta dias, onde o órgão reuniu nesse tempo 10 mil pessoas, obtendo, ainda, apoio de entidades para os posseiros como relata Ana Maria Cunha:

No começo parecia tudo muito fácil. As pessoas do governo vinham com histórias que iludiam a gente. Falavam que ia ter terra pra todo mundo. Que ia ter ajuda do governo e até do presidente da república. Reuniram um monte de gente pra montar o primeiro acampamento e todo mundo vinha iludido. Era gente de todo o canto do Brasil. (Ana Maria Cunha, 73 anos – assentada do PA Nova Esperança – entrevista concedida em 22/11/2015).

De acordo com Almeida (2006, p. 113):

A FETAGRI regional e o MST de Marabá são os principais atores do acampamento. Esse ato que ocorre com o endosso direto da CPT de Marabá e outras entidades de apoio ao acampamento da região, entre elas o CEPASP, COOCAT, CNS, EFA, SPDDH, LASAT, FASE, FATA. Uma peculiaridade dessa ação de massa passa a ser desenvolvida com a união do MST e o Movimento Sindical, que tem a hegemonia na filiação dos projetos de assentamento. Talvez seja o único lugar no Brasil onde essa união ocorre: a união entre o Movimento Sindical e o MST.

A conquista da terra através da desapropriação dos castanhais para que fosse implantado os PA's não se deu em espaço curto de tempo e nem sem conflitos. Enquanto a categoria lutava por um lote para trabalhar e morar com a família, a oligarquia castanheira tentava impor todos os obstáculos para impedir as desapropriações.

Os posseiros insistiram e resistiram aos vários desmandos contra eles. Os membros das entidades que mantinham o apoio a eles, com a conquista do assentamento houve avanços na conquista da terra,

De acordo com Almeida (2012, p. 85):

Não resta dúvida quanto ao peso dos fazendeiros na região, mas a conversão de fazendas ocupadas em projetos de assentamentos demonstra o avanço do poder de movimento sociais, expressos através da Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do Pará e Amapá (FETAGRI), regional sudeste, com atuação que soma mais de uma década. Mesmo período contabiliza o MST.

Passemos agora para a luta empreendida pelos posseiros por/no território que constitui a nossa área de pesquisa.

1.3. Os sujeitos que lutaram pela terra na gleba itacaiunas, loteamento “caranhas” Marabá-Pará.

De acordo com as entrevistas realizadas, os assentados, que correspondem aos moradores antigos e castanheiros, foram importantes no processo de luta e de conquista da terra, mas ainda hoje sofrem com o medo que se tornou parte do cotidiano dessas pessoas que moram há mais de 30 anos no entorno da gleba Itacaiúnas e que nos ajudaram com vários relatos importantes para a pesquisa.

Percebe-se a atitude diferenciada das pessoas quando a conversa é informal, elas ficam bem à-vontade para conversar, porém com a gravação da entrevista se percebe que se omitem chegando até a desconversar sobre o assunto em discussão.

É importante ressaltar que se pode entender com maior clareza esse receio a partir da entrevista concedida pelo assentado Elias Leite Torres, ex-presidente do Castanhal do Rato II, por ser um indivíduo crítico e que teve participação, juntamente com seu irmão Joaquim Leite, na formação da ocupação.

Para além desses indivíduos, que lutaram pela terra, terra essa conquistada na década de 1980, que foram assentados 241 famílias.

O assentado Elias Leite Torres (E.L.T.), proprietário do lote 132 é o único morador assentado do castanhal do rato II que resiste em R.B. e que apesar das dificuldades que enfrentou não pensa em sair do lote o que é visível na fisionomia e no tom da voz do entrevistado que se emociona ao fazer a seguinte afirmação:

“Eu preservei as árvores, as grotas e os pássaros no meu lote. Isso aqui é minha vida [...]”. (Elias Leite, entrevista concedida em 18/12/2014).

O assentado Elias L. Torres concedeu a gravação da entrevista e afirmou que o sindicato rural de Marabá, na pessoa do sindicalista “Euclides”, ajudou os indivíduos a organizarem a ocupação da área.

Era preciso ocupar as áreas de terras devolutas existentes, mas era muito perigoso na época. Os posseiros não tinham apoio do estado e sofriam perseguições dos fazendeiros, outros foreiros apresentavam títulos falsos dos castanhais na tentativa de intimidar e expulsar as famílias. Desta forma ocupar e resistir foi uma das estratégias da igreja católica juntamente com o sindicato dos trabalhadores rurais e associações para lutar pela terra.

Segundo Hebette (2004, p. 193) todo vigor dos posseiros:

(...) residia na combatividade de seus membros e do espírito de decisão de seus líderes naturais; a união infundia aos camponeses a coragem de resistir. Uma vez associados, os posseiros não lutaram mais isolados; com os companheiros e companheiras iam exigir a libertação dos sócios, dirigiam-se ao escritório do INCRA para reivindicar seus direitos; unidos iam expor seus problemas e reclamar justiça junto ao prefeito, ao governador.

A igreja católica é a entidade que através da CEB'S, mediante seus agentes pastorais juntamente com os animadores das igrejas católicas, realizou nas diversas comunidades uma transformação na consciência crítica nos trabalhadores rurais sobre seus direitos de adquirir a terra para morar e trabalhar. Entendemos que os trabalhadores rurais estavam desamparados, sem saber a quem recorrer, pois eram alvos de pessoas cruéis como os fazendeiros, latifundiários e os foreiros. Mas com a ajuda das entidades mencionadas acima começam a conhecer e a lutar pelos seus direitos sobre a terra obtendo efeitos positivos para a sua conquista.

É importante destacar a importância da organização do grupo. Elias Leite Torres destaca um indivíduo que fez inúmeras contribuições para que houvesse a liberação da área: o *Mano* (Emmanuel Wanberguer), assim relata que:

“O mano era quem orientava a quem nós podíamos recorrer, a secretaria de terras em Tucuruí para comprovar a irregularidade do aforamento da área do castanhal “castanheira”. O Joaquim era meu irmão, ele viajava para Tucuruí e Belém. Outros elementos que se empenharam na luta pela terra lá no Grotão do Rato I foram Honorato e o Júlio, ambos falecidos” (Elias Leite, entrevista concedida em 18/12/2014).

As informações do assentado Elias Leite Torres são indispensáveis para a construção deste trabalho. Quanto aos indivíduos denominados Júlio e Joaquim, pode-se comprovar através do mapa expedido pelo GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins) em 07/04/1984, que essas pessoas foram assentadas na Gleba Itacaiúnas: Loteamento Caranhas.

Ao entrevistar a Ana Maria Cunha, moradora da área desde 1993, mas assentada só em 1995 durante a vistoria do INCRA, e presidente da associação fundada em 1997, já começamos a identificar processos de compra e venda de terras na área do assentamento, ainda que em menor proporção. Ela diz que não

sabe de quase nada sobre a terra porque ela não fez parte da ocupação da área. Segundo a entrevistada Ana Maria Cunha¹³:

“Eu não sei como começou esse assentamento, mas compramos essa terra do senhor Sebastião que era castanheiro do dono da castanhal” (Ana Maria Cunha, 73 anos, assentada do Loteamento Caranhas – entrevista concedida em 22/11/2015).

Continuando a entrevista, ao perguntar quem era o dono do castanhal, a mesma responde:

“Eu fiquei sabendo lá no INCRA que ele tinha o título de aforamento do castanhal. Ele era um senhor de Antônio Ribeiro” (Ana Maria Cunha, 73 anos, assentada do Loteamento Caranhas – entrevista concedida em 22/11/2015).

Todas as entrevistas tiveram um peso para que este trabalho fosse desenvolvido. Entende-se que não é possível obter respostas suficientes para os questionamentos, mas pode-se afirmar que essas perguntas ajudam a entender esse processo de ocupação de terras no município de Marabá por posseiros nas áreas de castanhais que faziam parte do polígono dos castanhais.

Segundo informações desses assentados e ex-assentados, as propriedades dos castanhais foram adquiridas, na maioria das vezes, através de concessões de arrendamento anual e aforamento perpétuo. As propriedades do castanhal tinham procedência duvidosa “integral” e ficou comprovada no castanhal “Castanheira”. O indivíduo Antônio João Farah, que se intitulava proprietário, era um “foreiro”¹⁴ de castanhais.

As entrevistas foram desenvolvidas com vários indivíduos (antigos moradores) e ao entrevistar um castanheiro e profundo conhecedor sobre a ocupação do Castanhal Anajás, foi possível obter uma melhor compreensão do processo de ocupação das terras. Vale ressaltar que a entrevista realizada com o senhor E.O.(o mesmo prefere não ser identificado, por isso o identificaremos por suas iniciais), mostra que o mesmo é um indivíduo lúcido e profundo conhecedor dos problemas que está sendo tratado. Ao ser realizado o questionamento, o mesmo fez a seguinte afirmação:

¹³ Atual presidente da associação do Assentamento Nova Esperança.

¹⁴ **Foreiro** ou enfiteuta é o titular de um desdobramento bastante amplo da propriedade. O enfiteuta detém praticamente todos os direitos inerentes à propriedade, ficando o antigo proprietário como "nu-proprietário". O **foreiro** possui algumas reservas em seu domínio.

“Eu trabalhei muitos anos cortando castanha só para uma família. Trabalhei 20 anos pros Almeidas, conheci Antônio Ribeiro que era filho adotivo depois da invasão da Anajás ele morreu louco em Belém”. Era um trabalho duro e que não tinha lucro pra gente, só pros patrões. (E.O, ex-castanheiro, entrevista concedida em 05/05/2016).

Evidencia-se, na fala de E.O., as condições de trabalho a que os castanheiros e outros subordinados dos barões da castanha estavam submetidos. A castanha proporcionou riquezas e poder, mas para poucos.

Devido a condições, tanto econômicas quanto sociais, muitos assentados se viram obrigados a trabalharem em troca de um baixo salário ou a mudarem-se dos assentamentos, vendendo ou abandonando suas terras.

Vale ressaltar, então, os motivos socioeconômicos que levaram esses sujeitos a venderem seus lotes, ocasionando mudanças significativas na Gleba Itacaiúnas.

CAPITULO II

OS MOTIVOS SOCIOECONÔMICOS QUE INDUZIRAM AS VENDAS DOS LOTES E AS TRANSFORMAÇÕES DA GLEBA ITACAIÚNAS – LOTEAMENTO CARANHAS

2.1. Os motivos socioeconômicos que induziram a venda das terras na gleba Itacaiúnas: loteamento Caranhas Marabá-Pará.

Este capítulo nos levará a discutir as transformações socioespaciais que a área de estudo sofreu devido ao desenvolvimento do mercado de terras. As transformações podem ser observadas através das diferentes paisagens. Durante a pesquisa *in loco* e através de informações verbais é possível perceber alguns motivos socioeconômicos que proporcionaram o comércio dos lotes no assentamento Grotão do Rato I. O principal motivador foi a ausência dos recursos financeiros aos assentados nos primeiros anos de implantação do PA.

De acordo com relatos de assentados e ex-assentados, em seus lotes havia bastante madeira de diversas espécies. Mediante a necessidade e a existência desses recursos naturais, os assentados passaram a vender as madeiras na tentativa de sanar as necessidades diárias. O comércio da madeira era feito com um proprietário bem próximo ao PA, no caso o proprietário da Fazenda Anajás, que além de ser dono da fazenda era sócio da Serraria Rio Vermelho. Esse indivíduo pode ser entendido como o principal comprador de madeira dos assentados. Cabe enfatizar que na Vila Itainópolis havia a Serraria Pica-Pau, que comprava as madeiras também dos assentados. Neste contexto, percebe-se que os assentados estavam rodeados de exploradores.

O comércio de madeira no assentamento pode ser entendido como o primeiro passo para a expulsão dos assentados dos lotes, sendo um dos motivos que levaram os moradores a se deslocarem da região.

De acordo com Antônio Nunes, o *Fogoió*¹⁵, em entrevista concedida na data de 18.09.2011, exclusivamente para esta pesquisa, o mesmo relata que:

¹⁵ Gerente da fazenda Anajás por 30 anos.

“Os posseiros só ficavam nas terras até venderem as madeiras. Depois que vendiam as madeiras, passaram a vender os lotes”. E cada um foi vendendo o seu, por um preço bem pequeno. Quem tinha dinheiro, comprava. Ficou mesmo poucas pessoas que resistiram a muita coisa. (Antônio Nunes, entrevista concedida em 18/09/2011).

O comércio de madeira entre os assentados e o fazendeiro também facilitou e agilizou a venda dos lotes para o próprio fazendeiro. Um morador agregado no assentamento fez um relato importante que facilitou o entendimento sobre o comércio dos lotes. Antônio Nunes Santos diz que:

“O principal comprador dos lotes foi o proprietário da fazenda Anajás. Dr. Cleves, ele comprou 12 lotes ”. (Antônio Nunes, entrevista concedida em 18/09/2011).

Aqui é importante ressaltar a reação do informante, a autenticidade de como ele relata os nomes dos assentados que venderam os lotes para esse comprador. É impressionante o conhecimento que o Sr. Antônio Nunes, o *Fogoió* possuía. Sabia o nome e o local de moradia das famílias assentadas.

Outro entrevistado que colaborou com o trabalho foi o ex-assentado do PA Grotão do Rato I, Sr. Nonato Vicente que faz a seguinte afirmação:

“Aqui morava muita gente. A terra dos posseiros era grande, mas foram vendendo tudo. Um fazendeiro comprou a terra de muita gente. Foi o Marinho. Os outros compraram lotes, mas foi um aqui, outro acolá...”(Nonato Vicente, entrevista concedida em 22/06/2016).

A partir das entrevistas reveladoras e de nossas pesquisas de campo é possível afirmar que os lotes dos assentados foram concentrados para as pessoas que detinham o poder do capital comercial. Segundo Murilo Portela, colaborador do trabalho e profundo conhecedor da região, ao ser indagado sobre a compra dos lotes por Marinho diz o seguinte:

“Marinho era um camarada que veio pra cá e comprou muitos lotes. Ele era dono de oficina de carro lá na folha 28”. (Murilo Portela, entrevista concedida em 11/01/2014).

Os compradores de lotes tinham por objetivo transformar os lotes em áreas de fazendas. Com a concretização dos negócios dava-se início às derrubadas para

que fossem criadas as áreas de pastagens de gado. Desse modo, se deu a primeira transformação da área de assentamento para pastagem.

Segundo Haesbaert (2004, p.03):

As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. Controla-se uma “área geográfica”, ou seja, o “território”, visando “atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos”

A segunda transformação veio a partir do mês de agosto de 2007, quando os 12 lotes que pertenciam aos assentados foram incorporados à Fazenda Anajás e transformados em área de reflorestamento de eucalipto, e arrendamento da Fazenda Anajás para o Grupo Comercial LEOLAR (ver foto 3).

Foto 3: Principal via de acesso para o reflorestamento de eucalipto.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

A terceira transformação deu-se no fim do ano de 2012. O gestor municipal Maurino Magalhães de Lima comprou 2 hectares do proprietário da área, “Antônio Gordo”. Essa área foi transformada em 359 lotes medindo 8 x 20 metros cada, correspondendo ao Loteamento Novo Carajás (ver foto 4).

Foto 4: Loteamento Novo Carajás, implantado para atender as necessidades das famílias carentes.



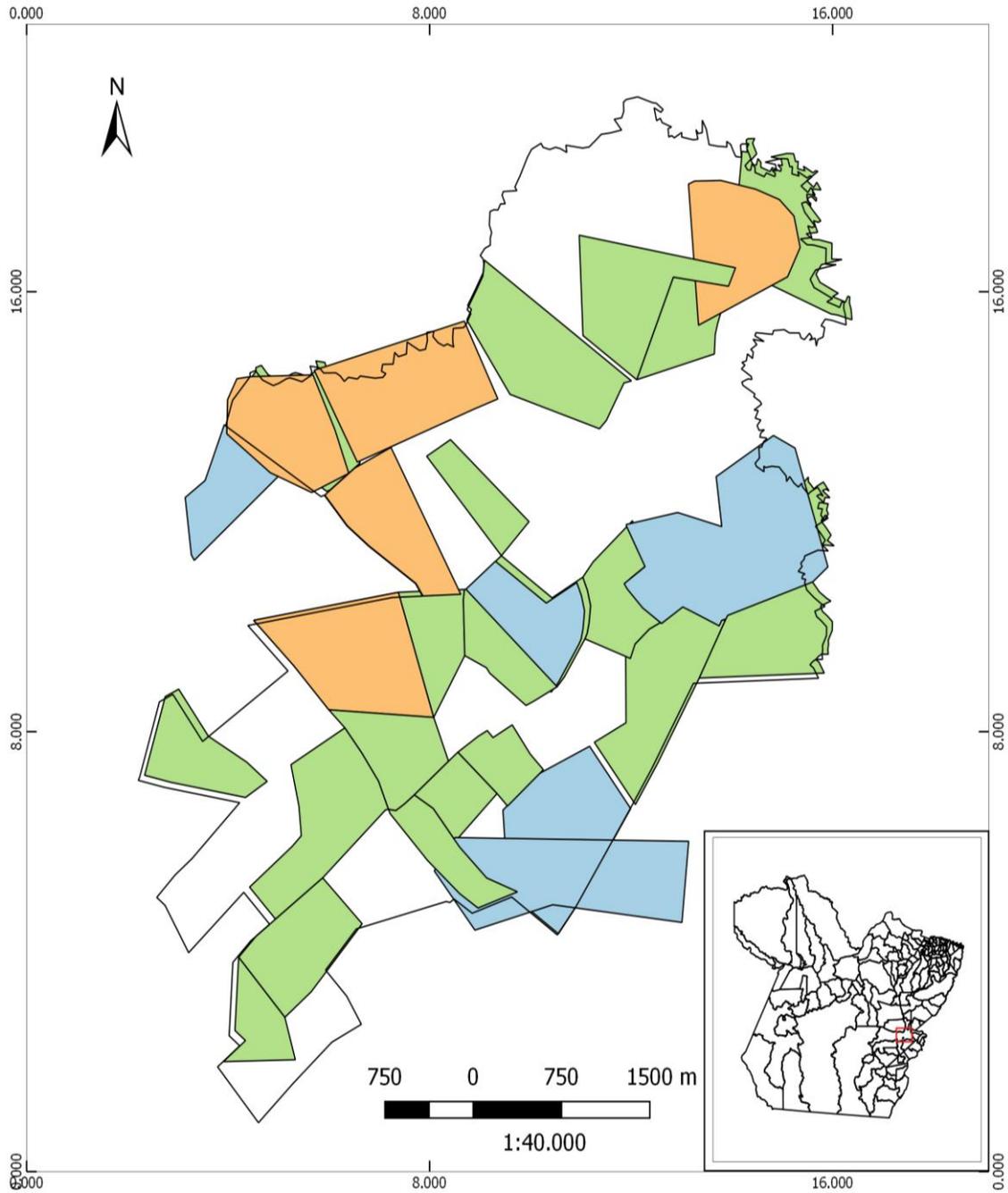
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Através dessas transformações, constata-se o que defende Haesbaert (2004), o sujeito usa a terra a seu favor, depende muito de suas intenções, de como este se organiza no espaço e de como vai usá-la as suas relações sociais, econômicas e políticas, pois quanto maior a extensão de sua propriedade mais poder ele detém. É o que confirma Arrigui (1996, p.33, apud HAESBAERT, 2004, p.06):

Os governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/o capital como um meio ou um subproduto da busca de expansão territorial. Os governantes capitalistas, ao contrário, identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital.

Com a total transformação da área, pode-se comprovar que as atividades desenvolvidas neste espaço são totalmente alheias às atividades que deveriam ser implementadas pelos assentados (ver mapa 3).

Mapa 3: P.A. Igarapé do Rato (Grotão do Rato I) - Marabá/Pará.



Legenda

-  P.A. Igarapé do Rato (Grotão do Rato I)
-  Fazendas
-  Lotes do INCRA / Cadastro de uma única pessoa no CAR
-  Sítios

DATUM VERTICAL: WGS 84
PROJEÇÃO: UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
PRODUZIDO NO LABORATÓRIO DE ESTUDOS REGIONAIS E AGRÁRIOS DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (LERASSP) / UNIFESSPA

Organização: Rogério Rego Miranda.
Desenho: Rogério Rego Miranda.

Embora o PA Grotão do Rato I tenha passado por três ações que impactaram diretamente a sua organização espacial, ainda mantém hoje 47 famílias assentadas, conforme relatou a Presidente da Associação de Moradores, Sr^a. Ana Maria Cunha.

A agricultura familiar ainda mantém características específicas: as roças são feitas no sistema de corte e queima. Basicamente o trabalho é praticado pela família, sendo a principal tarefa a do pai ou responsável, que escolhe o lugar para pôr a roça devido ao conhecimento sobre a terra e o local, que é algo analisado pelo agricultor. Ele é o indivíduo que está à frente do trabalho, empenhado inteiramente. Desde a escolha do local até a colheita dos legumes o agricultor é o trabalhador que se sente realizado no que faz, mantendo um apego profundo com a terra e seu trabalho, pois sabe que para colher uma boa safra é necessário o empenho no trabalho e a ajuda, muitas vezes, de sua família, sendo outro fator importante o planejamento.

A partir das apresentações das transformações do Grotão do Rato I, apresentadas acima, nos deteremos em discutir a transformação no PA Castanhal do Rato II.

Enquanto o PA Grotão do Rato I foi alterado três vezes devido à constituição da fazenda, do reflorestamento de eucalipto e do loteamento popular; o PA Castanhal do Rato II foi alterado pela implantação de fazendas de pequeno porte (mini latifundiários), contribuindo para a saída de muitos assentados antigos.

Foto 5: Propriedade do ex-assentado do P.A. Castanhal do Rato II Alberto Gualberto.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

O assentado do PA Castanhal do Rato II, Elias Leite Torres, critica a ausência dos funcionários do INCRA em entrevista concedida na data de 18/12/2014, com a seguinte fala:

“O INCRA deveria ser presente nos lotes. Deveria vir sempre pra saber o que acontece, mas é difícil resolver os problemas. Lá na sede do INCRA é uma burocracia terrível, as pessoas nunca são atendidas pra falar sobre a terra, quando a terra é pequena”.

A partir da crítica, pode-se entender que a presença dos funcionários do INCRA poderia não evitar totalmente a venda dos lotes, mas também não se daria esse comércio desenfreado dessas áreas. Outro recurso que poderia ser usado seriam as leis, que existem para impedir a venda dos mesmos, mas que não há quem as cobre.

O comércio dos lotes esmagam as atividades agrícolas, prevalecendo assim as atividades da agropecuária. As principais fazendas ficam localizadas às margens da ferrovia no sentido da Vila Itainópolis (ver foto 6). A princípio, a terra seria para ser cultivada pela agricultura familiar e não por campo de pastagem, mesmo fato que ocorreu com o Grotão do Rato I.

Foto 6: Fazenda Cajueiro do Sr. Nenê Miranda. Comerciante e um dos compradores.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

De acordo com *José Panela*¹⁶:

“A terra do Cassiano é grande. Ele comprou mais de 20 lotes e formou a fazenda. Conheço essas terras do começo da invasão”. (José Panela, Assentado do P.A Grotão do Rato I, entrevista concedida em 18/09/2016).

Foto 7: Entroncamento de acesso à Fazenda Anajás, à esquerda da imagem.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

As terras (lotes) dos assentados que deveriam produzir a alimentação básica e diversificada para manter a família é impossibilitada dessa produção devido à força do capital.

De acordo com Martins (1981, p. 122):

Uma vaca expulsa um família inteira de posseiros. Ela ocupa a mesma área que o posseiro precisaria para em um ano sustentar a família e produzir excedentes para o mercado.

Outro indivíduo que comprou muitos lotes no Castanhal do Rato II foi o Sr. Cézar¹⁷, segundo a ex-proprietária de um lote do Castanhal do Rato II, Sr^a. Marlene Costa Silva:

“O maior e principal comprador de lotes foi o Cézar”. A fazenda dele ficou enorme. Aos poucos ele foi comprando os lotes, quando as

¹⁶ Conhecido popularmente por este nome. Morador da Vila Itainópolis.

¹⁷ Proprietário da Fazenda Bacaba.

peças iam desistindo de ficar no assentamento e não tinham opção a não ser vender” (Marlene Costa Silva, entrevista concedida em 05/05/2016).

Outro ex-assentado do PA Castanhal do Rato II, Sr. Adalberto Gualberto, relata as dificuldades que ele enfrentou nos lotes dizendo:

“A pior dificuldade que eu encontrei foi morar debaixo das árvores. não tinha casa. As outras dificuldades foram a falta de escola e a malária. A malária fez muita gente sofrer”. (Adalberto Gualberto, entrevista concedida em 05/03/2016).

Ao entrevistar a senhora Marlene Costa Silva é possível identificar os motivos da venda dos lotes. A mesma diz:

“Eu morei lá 16 anos no lote. Meu marido morreu e os filhos foram morar na rua (Marabá). Eu vendi porque não podia trabalhar sozinha pela dificuldade para escoar os alimentos, faltava estrada”. (Marlene Costa Silva, entrevista concedida em 05/05/2016).

O Sr. Elias Leite é um líder incansável. Porém, é direto e faz a seguinte afirmação:

“Neste PA os assentados receberam o fomento, mas não permaneceram mais assentados aqui. Foi difícil a legalização do PA, mas teve gente que não ficou na terra 10 anos, logo vendeu”. (Elias Leite, entrevista concedida em 18/12/2014).

D acordo com outra assentada, Sr^a Ana Maria Cunha, temos a seguinte afirmação:

“Muitos moradores foram embora daqui porque não tinha escola para os filhos estudarem” (Ana Maria Cunha, entrevista concedida em 22/11/2015).

Já no depoimento da Sr^a Francisca Tavares, temos:

“Aqui nós já enfrentamos muita coisa ruim: falta de estrada, muita malária, falta de escola..., as pessoas não resistiram e venderam os lotes” (Francisca Tavares, entrevista concedida em 22/11/2015).

Na fala do Francisco Batista, há a afirmação de que este nunca recebeu ajuda do governo e que enfrentou várias dificuldades para morar no lote:

“Aqui dava muita malária. A gente ia pra Marabá e ficava internado. Quando chegava em casa já tinha que voltar. Já tinha gente caído de malária e a ajuda só era de Deus”. (Francisco Batista, entrevista concedida em 05/02/2016).

Já na entrevista do ex-assentado Alberto Gualberto, este fala o seguinte:

“Nós já sofremos muito. Além da malária, a estrada não ajudava. Nosso transporte era o trem e o trem você sabe, não tem todo dia. Tinha que esperar o dia certo. As pessoas que moravam lá pra dentro, ficavam lá ou ficavam esperando na casa da estação”. (Adalberto Gualberto, entrevista concedida em 05/03/2016).

Foto 8: Local exato onde as pessoas se abrigavam à espera do trem.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Para concluir esta etapa, destacamos que o PA Castanhal do Rato II foi transformado radicalmente, devido a constituição das fazendas pelas vendas dos lotes do projeto de assentamento (ver mapa 4).

Mapa 4: P. A. Castanhal do Rato II - Marabá / Pará.



2.2. Os motivos sócioeconômico dos sujeitos que compraram as terras nas áreas da gleba Itacaiúna: loteamento “Caranhas”, Marabá-Pará.

Os principais motivos que levaram os indivíduos a comprarem os lotes dos assentamentos PA Grotão do Rato I e Castanhal do Rato II, foram as especulações fundiárias e/ou a constituição de pastagem para o gado, devido serem pessoas de diferentes visões sobre a terra, com uma lógica produtiva diferente da do assentado, compreendendo a terra como valor de troca e não como valor de uso, ou como nos fala Martins (1980) a terra de negócio e não a terra de trabalho, isso porque a terra é concebida como reserva de valor para obtenção de lucro. Em outras palavras:

Quando o capitalista se apropria da terra o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem a terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista se dedicar à agricultura. (MARTINS, 1980, p. 60).

É possível fazer essa afirmação porque todos os indivíduos que participaram do comércio dos lotes os transformaram em pastos para criação de gado bovino. Quando citamos os membros e proprietários de fazendas e latifundiários que tiveram participação no comércio, estamos nos referindo aos proprietários da Fazenda Anajás e membros da família de latifundiários “Miranda” e outros.

Dando complemento ao comércio de terras, eles foram efetuados por outros indivíduos que não possuíam terras (fazendas) próximas aos assentamentos, mas que possuíam dinheiro e, apesar de não pertencerem à categoria de fazendeiros, compraram vários lotes de terras dos assentados e formaram fazendas de pequeno porte. São eles: Marinho e Antônio Gordo.

De acordo com informações colhidas, Marinho era comerciante de Marabá, na Folha 28. Não era morador da área, mas possuía fazenda. Outro indivíduo que comprou vários lotes foi o trabalhador autônomo que exercia trabalho de contabilidade, Sr. Antônio Gordo.

A informante é Maria Augusta Costa, a qual fez a seguinte afirmação:

“O Antônio Gordo comprou muitos lotes dos posseiros. Essa terra onde eu moro era do finado Maranhense, que vendeu pra ele e ele formou fazenda” (Maria Augusta Costa, entrevista concedida em 25/03/2016).

Vale ressaltar que existem indivíduos que possuem quantidades menores de lotes no PA Grotão do Rato I.

Dando continuação, descreveremos o comércio de terras no Castanhal do Rato II. Segundo informações do morador da Vila Itainópolis *José Panela*:

“A pessoa que comprou a maior quantidade de lotes foi o Cassiano. Ele comprou mais de 20 lotes aí nesse assentamento do Castanhal do Rato. Digo assim porque eu conheço a história dessas terras perto da ferrovia” (José Panela, Assentado do P.A Grotão do Rato I, entrevista concedida em 18/09/2016).

O nome citado pelo informante é do proprietário de um supermercado localizado na Folha 17, no núcleo Nova Marabá. O outro comprador dos lotes é conhecido como Sr. César. Não é difícil perceber que os lotes estão concentrados nas mãos de poucas pessoas. O comércio de lotes potencializou os fazendeiros e comerciantes e expropriou os assentados, levando a uma relativa reconcentração de terras, ainda que em menor escala do que comumente observamos no sudeste paraense. A terra que deveria manter o trabalhador no campo acabou sendo usada para expulsá-los, muito embora com sutileza.

De acordo com Martins (1980, p. 160):

A terra é esse obstáculo. Sem licença do subordinado. Como o capital tudo transforma em mercadorias também a terra passa por essa transformação, adquire preço, pode ser comprada e vendida, pode ser alugada.

Os assentamentos que foram implantados para que fosse desenvolvida a agricultura familiar, mas que foram transformados em terra de negócio pela introdução brutal do capital, vem mostrar a força do capital que produziu nos lotes dos assentamentos, espaço de reconcentração de terra.

2.3. Transformações que foram desenvolvidas.

Os projetos de assentamentos, que foram implantados para atenderem às demandas de trabalhadores rurais, travaram durante seis anos a luta para conquistarem a área. Nos primeiros anos apresentavam bastantes legumes e diversas plantas frutíferas naturais de sítios. Essa terra era bem produtiva e de acordo com a informante Maria Albino Ribeiro:

“Aí pra dentro era colônia. Essas terras davam de tudo. Saíam caminhões carregados de sacos de farinha, arroz, milho, legumes e frutas nos fins de semana”. (Maria Albino Ribeiro, moradora da vila Itainópolis, entrevista concedida em 18/04/2012).

Outro dado importante vem solidificar a afirmação do último informante, quando o Sr. Raimundo Tavares (assentado do P.A. Grotão do Rato I no lote 95, que resistiu a todos os problemas e continua assentado) diz:

“Essa terra produzia de tudo: mandioca, arroz, milho, macaxeira e até batata doce. Nós tinha fartura de tudo” (Raimundo Tavares, entrevista concedida em 22/11/2015).

Mediante essas informações é possível afirmar que a primeira transformação se dá a partir do mercado de madeira que se instalou com todo vigor no PA Grotão do Rato I.

Ainda de acordo com outro informante, o Sr. Antônio Nunes, temos a seguinte informação:

“Eu cheguei em 83 na Anajás e morei sete anos com o finado ‘Gibinho’. Eu era pago pra ir pro mato marcar as madeiras pra cortar. Eu ajudei a desmatar a Anajás (risos). Lá tinha todo tipo de madeira: Cedrarana, Ipê, Maracatiara, castanha e cedro. O Cedro parecia que era plantado de carreirinha. Para marcar o local que tinha madeira eu fazia uma cruz de madeira, limpava ao redor e enfiava a cruz no chão. Nos braços da cruz eram feitos cortes de facão que mostrava quantas árvores tinha pra direita e esquerda. Eu trabalhei com o Dr. Cleves. Ele era gente boa. Os posseiros só vendiam as madeiras a ele” (Antônio Nunes, entrevista concedida em 18/09/2011).

Outra transformação sofrida por esse espaço foi o comércio dos lotes. Após as derrubadas das árvores a juquirá passa a ser transformada em pastagens ou em área de reflorestamento de eucalipto (ver foto 9).

Foto 9: Plantio de eucalipto na Fazenda Anajás.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Ao observarmos a imagem acima podemos perceber que é totalmente alheia ao plantio da agricultura familiar.

Com o comércio dos lotes no PA Grotão do Rato I, o número de alunos da escola que foi construída para atender a demanda dos filhos de posseiros no ensino fundamental diminui. De acordo o entrevistado Antônio Nunes ou *Fogoió* como é conhecido popularmente:

“Essa escola foi construída para atender os filhos dos posseiros que não tinham aonde estudar, eu fui na prefeitura de Marabá e doei aquele pedaço de terra para fazer a escola, ela foi construída no tempo do prefeito Aroldo Bezerra”. (Antônio Nunes, entrevista concedida em 18/09/2011).

Outra pessoa que relata com detalhes importantes para que haja maiores entendimentos sobre a construção da Escola Anajás, na época, é dona Santa Gomes, moradora da vila e viúva do ex-representante da Vila Itainópolis “Antônio Arruda”. Durante conversas ela fez essa informação verbal:

“A Escola Anajás foi construída no centro do Marco, mas entraram em acordo porque na Anajás tinha mais alunos, filhos de posseiros, ai pra dentro tinha muito morador mas venderam tudo pros fazendeiros e foram embora.”(Santa Gomes, entrevista concedida em 23/06/2014).

É importante destacar que a Escola Municipal de Ensino Fundamental Anajás (E.M.E.F.A.) se manteve 14 anos em atividade e também deve ser ressaltado que se manteve devido a existência de alunos do PA vizinho (CIB), pois no ano que foi desativada só atendia uma aluna do PA Grotão do Rato I. De acordo com as informações verbais de Robson Oliveira, último docente que atuou na Escola Anajás no ano de 2009:

“A escola Anajás foi desativada por falta de alunos e só atendia uma aluna, a “Adelaine”, filha de dona Maria viúva. Os outros alunos eram filhos de três famílias assentadas de outro PA, O PA “CIB”. (Robson Oliveira, entrevista concedida em 23/08/2013).

Não é difícil compreender que o comércio dos lotes dos assentados contribuiu para a desativação da Escola Anajás, mas esse não foi o único motivo. Também houve a falta de compromisso do poder público (prefeitura) para manter a escola em atividade. Por isso, o que resta da Escola Anajás é só o prédio e as lembranças (ver foto 10).

Foto 10: Local da Escola Anajás, tendo aos fundos o reflorestamento de eucalipto



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Outra transformação começa no mês de agosto de 2007. O espaço que servia de pastagem para a criação de gado bovino foi a renda para servir de reflorestamento de eucalipto.

A empresa responsável pelo reflorestamento foi a “Maragusa”, que faz parte do grupo comercial “Leolar”. O Grupo Leolar iniciou suas atividades em abril do ano de 1984, em Marabá, no Pará. Leonildo Rocha criou uma empresa que atuava na área da indústria gráfica com três funcionários, posteriormente expandiu suas

atividades aos segmentos de informática, magazine, instrumentos musicais e comunicação. Depois passou a explorar o segmento da indústria de ferro-gusa (Maragusa), de climatizadores (Leoforte), telecomunicações (serviços provedor leolar), informática (Borges informática), plantio, manejo e carbonização de eucalipto (Marabá reflorestada), varejo (Leolar Magazine), entre outros segmentos (WIKIPÉDIA, 2016).

Retornando ao tema abordado depois desse breve histórico, com a instalação de plantio de eucalipto, a vida de moradores das proximidades do P.A. Grotão do Rato I também foi transformada, dentre elas a da moradora Francinete Lima Santos que diz:

“Antes desses eucaliptos nós tinha água encanada em casa, tinha chuveiro e água na pia da cozinha. A água vinha lá da serra. Agora secou tudo. Tenho que caminhar 3 (três) quilômetros pra lavar roupa e 2 quilômetros pra pegar água pra beber e cozinhar”(Francinete Lima Santos, entrevista concedida em 21/08/2014).

O Rio do Rato I ou Grotão do Rato que servia de navegação dos castanheiros também foi transformado. No ano de 2015 o leito secou, provocando a morte de várias espécies de peixes. De acordo com Ana Maria Cunha:

“O verão este ano foi forte, mas antes da plantação de eucalipto nunca aconteceu seca neste pedaço. Nunca ouvi falar que o ‘Rato’ secou”. (Ana Maria Cunha, entrevista concedida em 22/11/2015).

Nesse processo de transformações negativas podemos compreender que a ganância persevera para se obter lucros e fazendo transformações no espaço em o homem vive. Conforme Oliveira (1987, p. 113):

Quando o capitalista se apropria da terra, ele faz com intuito de lucro direto e indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra, ou a terra serve para ser serventia por alto preço a quem dela precise para trabalhar e não tem.

Outro caso que demonstra bem a transformação da terra de trabalho para terra de negócio é o caso do Loteamento Popular localizado na Vila Itainópolis. O espaço ocupado pelo Loteamento Popular era lotes de assentamento do Grotão do Rato I. Os lotes foram vendidos para Antônio Gordo e no final do ano de 2012 a

Prefeitura Municipal de Marabá, na gestão do então Prefeito Maurino Magalhães, comprou 2 alqueires de lotes desse proprietário no valor de R\$ 63.000,00.

Segundo o informante Adilson Amaral, representante local na época, o valor inicial era de R\$ 150.000,00 para os dois alqueires (ver foto 11).

Foto 11: Território adquirido pela prefeitura para as famílias nas proximidades da Vila.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Esta transformação pode ser entendida como a menos nociva das demais, pois o loteamento contém 359 lotes com uma medida de 8m x 25m e serve para abrigar as famílias carentes das proximidades da vila e de moradores da Vila Itainópolis que não possuíam moradia.

2.4. Mudanças dos Sujeitos

Os sujeitos envolvidos no comércio dos lotes tanto no P.A. Grotão do Rato I e Castanhal do Rato II possuem um certo capital que provém de outras atividades por não possuírem um vínculo com a agricultura familiar.

A maioria desses proprietários dos lotes são comerciantes que atuam e residem em Marabá, mas investiram o capital nas terras para obter lucros de outras atividades.

Martins (1981, p. 166) diz que:

A terra abre, para o capitalista que nela emprega seu dinheiro, possibilidades que lhe são abertas pelo seu capital. O dinheiro empregado na terra será mais tarde recuperado com acréscimo.

Os indivíduos que negociaram os lotes são pretenciosos que enxergaram na terra o poder do lucro. A terra que deveria servir para a família dos camponeses e se tornar uma propriedade hereditária para as famílias dos assentados, foram vendidas para pessoas que não utilizam terra para trabalho.

A terra que deveria atender às necessidades dos trabalhadores assentados serviu para os alheios à realidade agrícola desenvolverem outras atividades que lhes foram importantes. Imagina-se, nesse contexto, que a classe desfavorecida não pode possuir terra. É como se essa classe de trabalhadores só deva trabalhar para pessoas possuidoras de grandes extensões de terra.

Júnior (1960, p. 81) diz sobre a afirmação acima que “não pode haver dúvidas que um dos fatores principais, se não o principal hoje em dia, que tem resguardado a concentração da propriedade agrária, herança colonial que se perpetua até nossos dias”, seja de que a classe desfavorecida não possa possuir terras.

2.5. Mudanças nos tamanhos dos lotes

Neste ponto do trabalho nos deteremos a averiguar o processo das mudanças nos tamanhos dos lotes.

Na época do corte oficial do INCRA, os lotes foram cortados de acordo com a demarcação dos ocupantes da área, não tendo, portanto, um tamanho padrão.

De acordo com Ana Maria Cunha, moradora do PA Grotão do Rato I e entrevistada na data de 22 de Janeiro de 2015:

“Logo depois da criação da Associação dos moradores o INCRA veio e fez a vistoria e cortou os lotes, respeitando as divisões dos moradores e cada um ficou no seu lote do seu jeito”. (Ana Maria Cunha, entrevista concedida em 22/11/2015).

Outra pessoa que sabe com mínimos detalhes sobre esse processo é o ex-proprietário Elias Leite, que através de informações relata com toda segurança sobre a transformação do Castanhal do Rato II. Ele diz:

“Aqui os lotes não tinham tamanho igual. Era o ocupante que cortava seu lote do tamanho que queria e podia cuidar. O INCRA cortou no pique que nós fizemos”. (Elias Leite, entrevista concedida em 18/12/2014).

Através dessas informações pode-se comprovar que os lotes variavam de tamanho. Na época, quem fazia o corte dos lotes era o próprio ocupante. Mediante essas informações verbais e o acesso que tivemos do mapa oficial da Gleba Itacaiunas, é possível constatar que essa Gleba possui 2 grandes assentamentos e contém 241 lotes que variam de tamanho que vão de 5 hectares a 27 hectares.

Conforme as informações verbais não é possível obter o tamanho total das áreas de fazendas que foram constituídas pelos proprietários que compraram os lotes dos assentamentos. Ainda assim é possível saber que os lotes do assentamento Grotão do Rato I estão concentrados entre seis proprietários, sendo que três detêm a maior porcentagem.

Novamente, dando atenção ao relato da Ana Maria Cunha, em 22 de novembro de 2015, ela diz que:

“No ano de 2007 só tinham 27 pessoas assentadas no PA Grotão do Rato I. Com quem estão os restantes dos lotes?”.

Fica evidente que os lotes estão concentrados em poder de poucas pessoas que se beneficiaram com o mercado de terra da reforma agrária. No assentamento Castanhal do Rato II o comércio é maior e as terras estão concentradas no poder de Moacir, Cassiano e César.

A penetração do capital no campo produziu as transformações na terra de produção agrícola para a terra de produção agropecuária.

Conforme Martins (1995. p. 170):

A propriedade da terra não é exatamente um empecilho à expansão do capital no campo; ela é fundamentalmente uma das contradições do capitalismo, movimento da transformação e possibilidade de transformação.

2.6. Mudança na própria produção

As terras que foram conquistadas através de muitos esforços nos finais da década de 1980 foram entregues aos assentados que desenvolveram por curto

tempo as atividades agrícolas como roças, plantações de cereais como milho, arroz e feijão, plantações de mandioca, abóbora, fava e outros alimentos que fazem parte da agricultura familiar. Foram esses cultivos que mantiveram as famílias mediante a venda dos excedentes para a complementação do sustento diário, pois a terra era produtiva e possuía fartura de legumes.

Conforme a afirmação da assentada Luiza Lima do PA Grotão do Rato I:

“A fartura de arroz aqui já foi grande. Tinha tanta fava que estragava. Agora o povo fica procurando fava, e cadê?”. (Luiza Lima, entrevista concedida em 10/05/2016).

Outra pessoa que contribuiu para solidificar a informação anterior foi o Sr. Francisco Batista, que diz:

“Essa terra era boa pra qualquer tipo de legume. Só bastava plantar pra colher. Tinha mandioca, macaxeira..., teve uma safra que eu colhi 300 sacos de arroz. Está registrado no INCRA”. (Francisco Batista, entrevista concedida em 05/02/2016).

Diante dessas informações e através da paisagem local, nota-se que a mudança foi bruscamente modificada. Hoje, as fazendas têm suas atividades concentradas em pastagens e extração de leite. Porém, a fazenda Bacaba ainda mantém 10 funcionários assalariados atuando em todas as áreas.

De acordo com o funcionário Antônio Costa:

“A gente fazia de tudo. Lá não tem escolha de trabalho. O ‘orelha’ lá na roça faz pasto, pé de cerca, campeia gado, arruma cerca, faz tudo que aparecer” (Antônio Costa, morador da Vila Itainópolis, entrevista concedida em 04/05/2016)

De acordo com Martins (1995, p. 159):

No campo o instrumento fundamental é a terra. Nas análises feitas no Brasil a respeito da expansão capitalista no campo, com uma das poucas exceções, a terra é erroneamente considerada capital. Afinal de contas ela é comprada com dinheiro e é utilizada como instrumento para explorar a força do trabalho do trabalhador.

Outra atividade desenvolvida foi o reflorestamento de eucalipto que representa um ataque ao meio ambiente e, atualmente, está sendo o corte dos

eucaliptos que servirá para o fornecimento das siderúrgicas, transformando-se em carvão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho foi identificar, investigar e analisar os processos de transformações socioeconômicas que condicionaram o mercado de terra na Gleba Itacaiúnas: Loteamento Caranhas - Marabá, Pará.

Devido ao trabalho ser investigativo, possibilitou-me pesquisar e tentar compreender as lutas que foram travadas entre posseiros e foreiros dos castanhais que, pela força do capital, tentavam manter o território dos castanhais de aforamento e arrendamento e se utilizavam da expulsão daqueles que tentassem interferir em seus planos, mesmo que para isso fosse necessário usarem de vários artifícios para impedir a permanência dos sujeitos assentados, os quais precisavam da terra para trabalhar, nela permanecendo com suas famílias, havendo assim inúmeros conflitos pela posse da terra.

Após isso, foi possível chegar à conclusão de que a localização das terras e a expropriação dos assentados foram provocadas pela introdução do capital através dos fazendeiros e comerciantes de diversas áreas que produziram o mercado de terras nos assentamentos Grotão do Rato I e Castanhal do Rato II (definido oficialmente no INCRA como Igarapé do Rato).

Com as descobertas dessa problemática, busquei manter-me crítica e na expectativa de que novos elementos poderiam surgir para me ajudar a entender quais os reais motivos que promoveram o mercado de terras nesses projetos de assentamento. Mas não foi apenas sobre o cunho investigativo que esse trabalho foi criado, mas através de análises dos elementos-chave para que o mesmo fosse ganhando corpo.

O tempo de pesquisa foi longo desde o início da mesma, mas não considero cansativo, pois a obtenção de bons resultados depende do tamanho do esforço, o qual não pode ser considerado terminado porque o espaço está em constante movimento e, com isso, a transformação ocorre junto, possibilitando, assim, novas pesquisas e investigações.

Ainda em se tratando das transformações desde a apropriação até a legalização e, posteriormente, a compra dos lotes, pôde-se chegar à conclusão de que as necessidades de muitos falaram mais alto devido a falta de provisão do mínimo necessário para a sobrevivência humana e devido à falta de apoio do governo e de autoridades competentes, quer fosse para a situação econômica quer

fosse para a situação social, a qual era refletida pelo poder dos grandes latifundiários, os quais detinham domínio sobre a política, economia, cultura e sobre a polícia, a qual deveria defender os injustiçados.

Os assentamentos proporcionaram dias de vitória e fartura às famílias que fizeram parte do mesmo, porém, diante dos diversos problemas desde as políticas públicas até a situação econômica, proporcionou a desistência de praticamente 100% das famílias da primeira fase de implantação do assentamento, que hoje tem quase 30 anos de fundação, ocasionando o mercado de terras na Gleba Itacaiunas: Loteamento Caranhas, estando atualmente nas mãos de uma minoria de pessoas, tornando-se assim, uma luta incansável pela conquista de terras em apenas um mero espaço reconcentrado nas mãos de alguns.

As análises dos questionários, as observações de campo e as inúmeras pesquisas teóricas revelaram que os sujeitos que participaram e que ainda participam do mercado de terra nas áreas analisadas, como compradores, são sujeitos que pertencem a uma classe econômica com certa apropriação de capital: são empresários e políticos que residem em Marabá.

Existe, também, alguns proprietários, com situação econômica estável, que residem na localidade de Itainópolis, os quais compraram vários lotes e os transformaram em sítios e fazendas de pequeno porte.

A maioria dos 241 lotes dos assentamentos pesquisados foram transformados em três áreas distintas: reflorestamento de eucalipto, fazendas (de grande, médio e pequeno porte) e loteamento popular.

O loteamento popular abrange uma área de 2 alqueires e foi a transformação menos nociva à comunidade, pois os lotes foram doados à famílias carentes da cidade de Marabá.

Contudo, infelizmente, essa é uma luta que não tem data para terminar, pois mesmo que muitas famílias abram mão de seus lotes, outras surgem querendo um pedaço de chão para morar e fixar residência, mas observamos, com esta análise, que as terras sempre possuem um dono, por mais abandonada que esteja, sempre aparece alguém se dizendo dono, normalmente alguém que tem influência na região ou é membro de famílias influentes.

REFERÊNCIAS

- WIKIPEDIA. *CONTEÚDO aberto*. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Leolar> > Acesso em: 8 out 2016.
- ALMEIDA, Rogério Henrique. *Araguaia-Tocantins: Fios de uma História Camponesa*. Belém: Coopat, 2006.
- ALMEIDA, Rogério Henrique. *Pororoca Pequena: Marolinhas Sobre a Amazônia de Cá*. Belém, 2012.
- ALMEIDA, Rogério Henrique. *Territorialização do Campesinato no Sudeste do Pará*. Belém: NAEA, 2012.
- ASSIS, William de. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- BRAGA, Magno Michel Marçal. *Rota Transamazônica: Nordestinos e o Plano Nacional de Integração*. 1ª ed. Curitiba: Prismas, 2015.
- BRASIL. II PND. *Presidência da República: Metas e bases para a ação de governo*. Brasília: Senado Federal, 1970.
- CASTRO et al. *Geografia: Conceitos e Temas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- COELHO, Maria C. N.; MONTEIRO, Maurílio de A. *Mineração e Reestruturação Espacial da Amazônia Legal*. Belém: NAEA, 2007.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. *Conflitos no Campo Brasil 1985-2011*. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/266-conflitos-no-campo-brasil-1985>> Acesso em: 8 mai. 2016.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA- CPT: *Pastoral e Compromisso*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1983. 39 p.
- CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Por uma Terra Sem Males*. São Paulo: Salesiana, 2001.
- EMMI, Marília Ferreira. *A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais*. 2ª ed. Belém: UFPA/NAEA. 1999.
- FERNANDES, Bernardo M. *Espacialização e Territorialização da Luta Pela terra: A Formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Geografia apresentada à Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1994.
- HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: do fim à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

HEBETTE, Jean. *CAT: Etnografia de uma Utopia*. Belém: UFPA, 2000.

JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

MENEZES, Fernando D. *Enunciados sobre o Futuro: Ditadura Militar, Transamazônica e a Construção do Brasil Grande*. Dissertação de mestrado. Brasília, 2007.

MARTINS, José de S. *Os Camponeses e a Política no Brasil: As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *Expropriação e violência: A questão agrária no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *A Agricultura Camponesa no Brasil – Caminhos da Geografia*. 3ª edição. São Paulo, 1987.

PEREIRA, Airton dos Reis. *Do posseiro ao sem-terra: A luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. Recife: UFPE, 2015.

SAMPAIO, Walter Leitão. *Cruviana*. São Paulo: ArtLink Comunicação e Assessoria, 1989.

SANTOS, Valdilei G. *História da Amazônia*. 1ª ed. Pará: Carajás, 2008.

VIRGULINO, Eleildo. *História da Amazônia: Período Imperial – República Velha*. 1ª ed. Tucumã-Pa: EVE, 2012.

APÊNDICE 1 – LISTA DOS ENTREVISTADOS

Almir Ferreira Barros – colaborador – entrevista concedida em 03/01/2015.

Ana Maria Cunha, 73 anos – assentada do PA Nova Esperança – entrevista concedida em 22/ 11/2015.

Divino Ribeiro – ex-assentado do PA Grotão do Rato I – entrevista concedida em 05/05/2016.

Eliziário Gomes – assentado do PA Nova Esperança – entrevista concedida em 04/12/2016.

Francisco Batista – ex-assentado do PA Grotão do Rato I – entrevista concedida em 05/02/2016.

Gilberto Conceição – assentado do PA Grotão do Rato I – entrevista concedida em 30/04/2016.

Gualberto ou Primo – ex-assentado do PA Castanhal do Rato II – entrevista concedida em 05/03/2016.

João Pereira Nunes – colaborador e morador do PA “CIB” – entrevista concedida em 31/01/2015.

Luiza Maura Lima – moradora do PA Grotão do Rato I – entrevista concedida em 10/05/2016.

Marlene Silva – ex-assentada do PA Castanhal do Rato II – entrevista concedida em 05/05/2016.

Murilo Portela – colaborador e morador da Vila Itainópolis – entrevista concedida em 11/01/2014.

Raimundo Tavares – morador do assentamento Grotão do Rato I – entrevista concedida em 22/11/2015.

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIOS E RESPOSTAS

**Questionário 1 ao Ex- assentado do Castanhal do Rato II ou Novo Progresso
A.F.B. (colaborador).**

1. Como se deu a formação do espaço agrário no período da economia dos castanhais?
2. Quais foram os maiores obstáculos na implantação dos PA'S?
3. Como se formou os movimentos sociais no campo? O senhor era membro do sindicato?
4. Quem fortaleceu o sindicato de Marabá?
5. Quais foram os maiores conflitos na região? Quais foram os tipos de violência predominante no campo?
6. Quem foram os sujeitos envolvidos (comandante) dos crimes contra os posseiros?
7. Algum dos envolvidos com a violência no campo foi penalizado perante as leis?
8. Quais os sujeitos que lutaram pela implantação dos PA'S?
9. O que foi o polígono dos castanhais? Quais os municípios fizeram parte?
10. Para o senhor o que foi o estatuto da terra? Quem foi beneficiado com a implantação?
11. Na sua opinião porque os assentados vendeu os lotes?
12. Como se deu a implantação do primeiro assentados? Qual é?

Resposta ao questionário 1 do Ex- assentado do Castanhal do Rato II ou Novo Progresso

.

A.F.B. (colaborador)

1. A colonização oficial feita pelo INCRA depois MIRAD fez pegando Xinguara, São Joao do Araguaia e Itupiranga as desapropriações foi feita nos lugares que não eram próprios as áreas produtivas ficaram excluídas da colonização.
2. Primeiro momento INCRA quando terminou o governo federal criou o projeto fundiário depois da colonização o GETAT na década de 80 passou a regularizar os grandes latifundiários ai os trabalhadores começaram a ocupar as terras. O projeto USUCAPIÃO direito de posse e o Estatuto da terra ajudaram a divulgar, mas para ocupar a terra era preciso perder a vida.
3. O confronto membros da UDR (pistoleiros) e os sindicalistas através de pressão por que não entregar as terras para os trabalhadores. A igreja católica teve

importante papel criou a CPT com advogados acompanhando para evitar despejos das famílias. A CPT denunciava e reconquistava a terra. Eu era animador na igreja católica e presidente do sindicato de São João do Araguaia.

4. Os castanheiros do Pará os (donos)boa parte tinha acesso para impedir a desativação dos castanhais. Contratavam também o pistoleiro Sebastião da Terezona para matar os trabalhadores rurais. No castanhal UBA mataram 10 pessoas a mando de Edmundo Virgulino, outro conflito foi na fazenda a mando de Marlon Pedie foram mortos e amarrados nas pedras e jogado no rio Itacaiunas.
5. Na fazenda Jandaia houve outro conflito, morreu muita gente queimada inclusive crianças, esta localizada as margens do rio Sororó os Almeidas e os Mutran eram violentos. Mas o maior conflito foi o da curva do 'S' em Eldorado na beira do rio Cardoso morreram 19 pessoas nesse conflito no dia 17 de abril ...
6. Apenas Marlon Pedie e Edmundo Virgulino presos em 2011 pela chacina da UBA mas logo foram liberados.
7. Área que abrangia 1.265 mil hectares que pertencia aos municípios de: São João do Araguaia, Marabá, Xinguara, São Geraldo e Itupiranga.
8. Tomamos e ocupamos o sindicato "Pelegos" a ocupação foram feitas por pessoas que tinham visão, conseguimos desapropriação de 35 castanhais pela pressão dos sindicatos e dos deputados Estaduais Paulo Fontenele e Ademir Andrade a pressão dos sindicatos junto ao presidente do INCRA exigindo a presença do ministro Raul Jugman e ele entendeu as exigências.
9. As terras dos castanhais eram terra de aforamento, os castanheiros registraram Empresa Rural nos cartórios de caráter produtiva e o advogado pedia vistoria para descaracterizar a propriedade.
10. Deveria servir para o trabalhador rural mas não aconteceu a constituição foi desmoralizada porque o estatuto da terra não foi respeitada pelas autoridades.
11. O primeiro passo nem todos assentados são trabalhadores rurais muitos vão por falta de opção. O governo não deu opção para os homens se manterem na terra, os lotes são vendidos se transformou em comercio porque a política de reforma agraria nunca foi cumprida.
12. A primeira implantação de PA foi o castanhal Araras não houve conflito foi uma ocupação pacifica o dono não questionou pela desocupação.

Entrevista 2 a E. G. (Assentado do PA Castanhal do Rato I).

1. O senhor era proprietário de lote na área de colonização dirigida quais foram os motivos que lhe trouxe para essa localidade?
2. Em que perímetro era localizado a sua propriedade? Quanto tempo morou no lote?
3. Quais foram os tipos de recursos que o senhor recebeu na transamazônica?
4. Na sua opinião porque os assentados vendem os lotes?
5. O senhor já recebeu proposta de venda de seu lote?
6. Quem era o dono dessa área que foi implantada o PA grotão do rato 1?
7. Na sua opinião o governo federal cumpriu com as promessas de incentivos com os assentados?

Resposta ao questionário 2 do Assentado do PA Castanhal do Rato I E.G.

1. Eu sai de lá porque os meus filhos não queriam ficar lá por causa de uma praga de muriçoca, mutuca e cabo verde, ninguém tinha sossego nem pra comer. Chegando aqui encontrei esse lote que estava à venda eu negocieei pois eu tinha um recurso que Deus me deu, quase 7 kg de ouro na serra pelada, investir em 50 cabeça de gado então eu não tinha o dinheiro no continente, mas tinha do que fazer dinheiro, viajei pra Pacajá e antes do prazo de 20 dias voltei e paguei o lote, o lote custava um milhão que era R\$ 1.000,00 mil reais.
2. No quilômetro da trans velha (transamazônica) morei quinze anos lá.
3. La cumpria agora, eu não tinha contato com terra de governo lá foi o prefeito que mandou eu morar lá, foi o João Brasil que apossou dessa terra, ele era o prefeito de Itupiranga. Agora do governo federal eu não peguei nada eu trabalhava mais meus filhos, tínhamos uma grande lavoura, do governo nada, ajuda só de Deus.
4. Na minha opinião dona Aldenora é a desobediência porque invadiu terra alheia, o governo paga, tem gente que antes de se desapropriar já esta vendendo os lotes. Igual ai na Itacaiunas ai eu acho que é errado mas quem leva a culpa é o governo.
5. Não, mas se der do meu jeito eu vendo.

6. Antônio Ribeiro filho de uma família que morava lá em Marabá, uma era Dany e Hanya era judia, esse Antônio Ribeiro era adotivo dessas irmãs ai morreu o irmão delas, elas resolveram ir embora para Jerusalém e deram a terra para ele ai invadiram aqui, ai ele morreu doido em Belém no asilo e o governo não deu nada para ele.
7. Tem uns de Aldenila que é verdade é o Vavá Mutran, Plinio Pinheiro, Almir Moraes, Miguel Pernambuco e outros donos de castanhais, eles botavam o povo pra trabalhar e no final eles não pagavam isso ai eu digo por que conheço, trabalhei 20 anos só com um patrão.

Questionário 3, feita ao colaborador assentado do PA CIB J.P.N.

1. Quantos anos o senhor mora nessa região?
2. Como se deu a conquista dessa terra, com ou sem conflito?
3. O senhor conheceu essa área da fazenda Anajás qual eram as madeiras que existiam?
4. Houve conflitos contra os posseiros de Anajás?
5. Qual a madeira mais abundante na região?
6. Quem era o proprietário desta área?
7. O senhor lembra quem mais comprou os lotes do posseiros?
8. Na sua opinião porque os assentados venderam os lotes?

Resposta ao questionário 3, feita ao colaborador assentado do PA CIB J.P.N.

1. Moro há mais de trinta anos.
2. Eu não sei quando cheguei não, essa confusão já tinha parado.
3. Aqui nesta região o que mais tinha era o mogno.
4. Dizem que era o Antônio Ribeiro tio de D. Celia.
5. Eu vim através do meu cunhado que foi me buscar no maranhão para tomar conta dessa terra. Antônio Balela também tem terra na CIB e marcou esse lote pra mim, lá no maranhão eu trabalhava nas terras do Estado.
6. Houve sim, dizem que quando essa terra estava sendo cortada tinha gente vigiando e perseguindo os posseiros.

7. O marido de D. Celia comprou os lotes de Chico do Josino, Deusireth, Dominginhos, a terra do Nonatão ficava do lado da terra do nenê comprou a terra do Adalto. A terra do Gibino fica perto da igreja católica, lá onde tem um pé de jenipapo.
8. Bem poucos estão dentro da terra, tem gente que vende por qualquer motivo, eu ainda estou na terra já passei por muitas dificuldades, não tinha estradas nem escola, era tudo difícil já passamos por três dias no escuro, só com o fogo aceso nós caminhava 20 km pra comprar um litro de gasolina.

Questionário 4, feito ao colaborador M.P.

1. A quanto tempo o senhor conhece essa região?
2. Qual o meio de transporte usado?
3. Quais eram as madeiras existentes nos lotes?
4. O seu pai vendeu a terra pra quem e por quê?
5. A implantação da serraria foi em que época?
6. O seu pai recebeu algum benefício?
7. Quais foram as principais dificuldades para se manter no lote?

Resposta ao questionário 4, feito ao colaborador M.P.

1. Tem quarenta anos que eu conheço essa região, eu vim pra trabalhar na roca junto com meu pai. Antes disso eu trabalhei na firma "Brasil" o acampamento era lá na fazenda São Joao, a gente entrava lá no Parauapebas aqui não tinha transportes. Aqui era a Brasil e por lá era Mendes Junho com um mês que nos estávamos aqui, ai furou a estrada do 35 pra cá.
2. Não tinha nem um, era por Parauapebas ou pelo rio Itacaiunas.
3. Castanha, cedro, mogno, maraca, tiara, mas logo derrubaram tudo, a serralheria baixou em cima não deixou nada.
4. Vendeu pro Marinho, ele não aguentou mais trabalhar, vendeu e comprou uma casa na rua e deu pra cada filho 150,00 cruzeiro. Meu pai vendeu 17 alqueires por 2.500,00 cruzeiros.

5. Eu não sei o ano que a serralheria veio pra cá mas naquela época os donos da serraria farejavam, onde eles sabiam que tinha colono eles iam atrás pra comprar madeira.
6. Nunca recebeu ajuda do governo, nos passamos um ano comendo maxixe com feijão.
7. Só ficavam nos lotes quem tinha coragem de enfrentar, porque aqui não tinha nada, faltava estrada, tudo era comprado em Marabá aqui não tinha essa vila. Outro problema era a malária, matou muita gente depois de muito tempo é que vieram o guarda da SUCAM.

Questionário 5, feita à ex-assentada M., do PA Castanhal do Rato II.

1. Quantos anos a senhora ficou sendo assentada no PA castanhal do rato II?
2. Quais eram as madeiras existentes nos lotes?
3. Quais foram os recursos financeiros que os assentados receberam do governo?
4. Em sua opinião porque os assentados vendiam os lotes?

Falta perguntas

Resposta ao questionário 5, feita à ex-assentada M.

1. Eu cheguei lá em 1984 e sai no ano de 2000, morei dezesseis anos no lote.
2. Castanheira, varias madeiras que eu não sei o nome tinha pequi e cedro, essa madeiras não foram vendidas.
3. Um tempo eu entrei na associação, e tirei um dinheiro que era pra fazer essa casa lá no lote, mas a minha menina estudava, eu fiz aqui, mas antes eu recebi o "FOMENTO" no valor de 1.7000,00reais.
4. Porque não tem condição de cuidar, eu tiro por mim eu não tive condição de ficar lá, os filhos casaram e foram pra rua eu não tinha quem me ajudasse. Meu lote era só 5 alqueires mas nos plantava arroz, milho, feijão, mandioca, banana, macaxeira tudo que pertencia a roca nos plantava.
5. Os lotes vendido para as pessoas que formaram fazendas, os lotes que pertenciam pra esse lado daqui tirando o meu e o da Maria Jose o resto e tudo do Cesar hoje e a fazenda bacaba.
6. Não sei falar quem ocupou desde o começo, o meu lote eu fiz foi comprar na mão de outra pessoa que já tinha comprado.

7. Não tinha benefício, era difícil para tirar os legumes por falta de transporte, eu mesma sair porque era uma família grande mas foram tudo pra rua, o marido morreu e fiquei sozinha.
8. Não sei quem foi o líder quando eu cheguei quando eu cheguei já estava em movimento, aqui tinha violência por causa da venda dos lotes.
9. No meu caso sim, tinha que passar pelo INCRA eu estava cadastrada lá em RB.
10. Morei muitos anos no lote mas nunca procurei saber sobre essa terra.

Questionário 6, feito ao ex-assentado G., do PA Castanhal do Rato II.

01. Quantos anos o senhor morou no assentamento castanhal do rato II?
02. Como se deu ocupação da área de forma passiva ou houve conflito?
03. Quais eram os tipos de madeira existente no lote?
04. O senhor recebia proposta de venda pro seu lote?
05. Quais foram os recursos financeiros que recebeu?
06. Antes da implantação do PA como era conhecida a localidade?
07. Houve perseguição de alguém se intitulando dono da área, quem foi?
08. Na época da implantação do PA castanhal do rato II que tipo de legumes os colonos cultivaram?
09. Quem foi o líder desta ocupação?
10. Quais foram os principais problemas enfrentados pelos assentados?
11. No ato da venda do lote o INCRA toma conhecimento do comércio do lote?

Resposta ao questionário 6, feito ao ex-assentado G., do PA Castanhal do Rato II.

1. Morei 21 anos no lote.
2. A ocupação foi feita pelos posseiros.
3. Tinha muita madeira no meu lote. A maioria era árvore de castanha, ipê, pequi e caju.

4. Recebi várias propostas de pessoas que tinham interesse no lote mas eu não queria me desfazer do pedaço da terra, teve uma vez que tive que desmanchei um negócio.
5. O benefício que recebi do governo foi o FNO pra fazer cerca, açude e comprar gado.
6. A área era conhecida por 781 da ferrovia Vila Pau D'arco depois foi mudado por nome do castanhal do rato II.
7. Teve perseguição dos pistoleiros, eu não sei quem mandava mas houve sim.
8. Os colonos plantavam mandioca, milho macaxeira, arroz, batata doce, cará e outros legumes e frutas.
9. O líder, na ocupação eu não sei, não era do meu tempo. Já comprei do Antônio Arruda o líder que eu conheci foi só o Elias Leite.
10. Teve vários. O pior pra mim foi morar em baixo das árvores com a mulher e três filhos pequenos. Nós mudamos pro lote. Lá não tinha casa. Os outros problemas foram faltos de transporte, escola e malária nós passávamos três dias pra chegar em Marabá.
11. Toda pessoa que pega beneficio é preciso ir ao Incra se não fecha o negocio do lote.

Questionário 7, feito à A. C., assentada do PA Grotão do Rato I.

1. Como se deu a ocupação dessa área?
2. Quem foram os indivíduos que tiveram liderança na ocupação?
3. Quais eram arvores frutíferas e maduras na área?
4. Esse assentamento foi implantado de forma passiva ou houve conflito?
5. Quem orientou as pessoas para ocuparem esta área?
6. Durante a ocupação deste território houve interferência que alguém que se intitulava dono? Quem?
7. O castanhal do rato I tem quantos lotes?
8. Tinha algum líder na ocupação?
9. A senhora já recebeu alguma proposta pra vender o lote? Quem?
10. Antes de ser projeto de assentamento como se chamava essa área?

11. Em sua opinião os assentados vendem os lotes?
12. A senhora já recebeu benefício do governo? Quais?
13. Na época da implantação do assentamento o que os colonos cultivaram nos lotes?
14. Quais as maiores dificuldade que encontrou pra se manter nos lotes?

Resposta ao questionário 7, feito à A. C., assentada do PA Grotão do Rato I.

1. Não sei, pois quando cheguei já tinha sido ocupado. Cheguei em 1993.
2. Não sei, por que quando pagamos o benefício pro homem o senhor de Sebastião, nós não tivemos conversa com ele sobre a ocupação, nos negociamos o lote pagamos e ele foi embora.
3. Tinha castanha, cupuaçu tinha bastante cupuaçu isso eu lembro muito bem.
4. Não porque quando nos chegamos aqui cada um foi pro seu lote mas tínhamos medo de perder o lote ai eu juntei uns cinco vizinhos e fomos no INCRA pra arrumar os documentos dos lotes.
5. Fomos lá ao INCRA e a resposta foi que tínhamos que organizar uma associação, voltamos e criamos a associação e logo em seguida no ano de 2000 eles vieram e mediram colocaram as pessoas nos lotes, mas tem gente que mora muito tempo que mora aqui mas nunca conseguiu legalizar o lote, tem uns casos que venderam o lotes, são outras pessoas que moram mas não estão cadastradas por isso não podem receber benefícios.
6. Quem nos orientou foi o INCRA quando nós fomos arrumar os documentos com medo de perder o lote, porque volte e meia tinha uma conversa, então eles sugeriram que nós criássemos a associação.
7. Não, ninguém veio mexer com nós, mas lá no INCRA eles falaram que ainda faltava negociar com um homem, o senhor de Antônio que tinha feito um aforamento (comércio) de castanha, mas não demorou muito tempo logo em seguida nós fomos cadastrados.
8. Olha, foi cadastrados 47 lotes, mas nem todos os lotes tem o mesmo tamanho, foi cortado do jeito da medida que o morador já sabia que tinha, os tamanhos dos lotes variam tem gente que tem o lote com 20, outros com 15, 10 e 5 de 5 até 20 tem diversos tamanho de lotes.

9. Não, a gente quando fala que se fosse caso de vender tem uns vizinhos fazendeiros que dizem se for o caso de vender uns pedem a preferência mas nunca vieram fazer proposta mas avisam que se algum dia for vender, que dê a preferência mas são pessoas amigas.
10. Eu não sei.
11. Eu penso assim que é devido as dificuldades do comercio porque muitos deles veio sem nada pro lote uns receberam ajuda outros nunca receberam nada. As pessoas vão trabalhando, trabalhando não dão conta de ficar no lote, família grande tem que comer, beber e vestir muitos foram embora por causa da escola, aqui na zona rural só tem aula ate a 4ª serie então eles vão embora pra colocar os filhos pra estudar. Mas depois de muito tempo no ano 2000 conseguimos o ônibus pro alunos, agora depois do ônibus o povo aquietaram.
12. Assim que foi cadastrado o pessoal nos lotes já no primeiro ano que nós fomos cadastrados em 2000 e em 2001, 2002 já começou sair benefício, por exemplo o dinheiro pra fazer a casa nos lotes aqueles que quiseram pegaram dinheiro pra fazer casa, saiu também PRONAF, pra outros saiu o FNO então já tem diversas coisas pros assentados outros não quiseram pra não se endividarem já tem recurso próprio.
13. Olha eles plantavam todo tipo de lavoura branca, colhiam muito milho e arroz, aqui dava muito feijão do sul, aqui tinha a festa do feijão todo ano a gente fazia no mês de junho na época que terminava a colheita do feijão que vendiam juntava os vizinhos faziam a festa que vinham muita gente de longe nós comemoramos por muitos anos assim, depois de uns cinco ou seis anos nós paramos com a festa, agora só fazemos festa da igreja.
14. A primeira é a mais difícil foi questão da estrada porque a gente só tem o trem como transporte, a gente vinha no trem a noite e dormia na beira da estação no barracão e de madrugada a gente subia a pé ate chegar aqui onde moro é 20 km de Itainópolis ate a estação ainda tem mais 2 km, então se tornava 22 km pra gente andar a pé, eu vinha mais chegava tarde com fome me valia muito do seu Júlio que era o primeiro morador, nós chegava na casa dele encontrava ovo e fazia farofa comia também com arroz dele cozido pra terminar de chegar em casa, se não a gente não aguentava, hoje ele é falecido inclusive ele deu três linhas pra ajudar formar a vila. Na parte de baixo não demorou muito. No ano 2003 a gente já fez um bocado de barraca em 2005 as casa já foram feitas de alvenaria então a

partir de 2003 começaram a fazer as casas de madeira depois vieram as casas construídas logo em seguida sai PRONAF também então da associação os recursos não demoraram a chegar.

Questionário 8, feito a D.R., ex-assentado do PA Grotão do Rato I.

1. Como de deu a ocupação desta área?
2. Quem era os indivíduos que tiveram liderança na ocupação?
3. Quais eram as arvores frutíferas e madeiras existente na área?
4. Quantos anos morou no lote?
5. Recebeu proposta para vender o lote?
6. Antes de ser grotão do rato I como se chamava essa área?
7. Já recebeu proposta de vender o lote?
8. Antes de ser Grotão do Rato I, como se chamava essa área
9. Na sua opinião, porquê os assentados vendem os lotes?
10. O senhor já recebeu benefícios do governo?
11. Quais foram as maiores dificuldades para se manter no lote?
12. Na época da implantação do assentamento o que os colonos cultivaram na terra?

Resposta ao questionário 8, feito a D.R., ex-assentado do PA Grotão do Rato I.

1. A ocupação era assim: quem tinha coragem pra trabalhar cortava um pedaço de terra e ai trabalhava dentro dela, derrubava para fazer roça e plantar.
2. Não tinha um líder certo todos eram companheiros.
3. Castanha, coco da praia, abacates, manga. Lá perto tinha umas árvores de mogno e maçaranduba.
4. Morei quase dez anos no lote.
5. Não recebi proposta, passei o lote pra meu primo.
6. Castanhal do Leandro.
7. Não recebi proposta.
8. Castanhal do Leandro
9. Primeiro lugar é a escola que não tem, com quatro filhos pra colocar pra e4studar, falta estrada, falta saúde ai a opção foi vender a terra e sair.
10. Não recebi nada de beneficio.

11. O problema da saúde lá não tinha estrada e no inverno não tinha carro, no inverno a gente só saía de cavalo, pra morar era muito bom mas dava muita malária e o problema era sair atrás de recurso.
12. Aqui se plantava de tudo arroz, feijão, banana, melancia, milho tudo que se plantava colhia.

Questionário 9, feito a G., ex-assentado do PA Grotão do Rato I.

1. Como se deu a ocupação dessa área?
2. Quantos anos mora no lote?
3. Quem eram os indivíduos que tiveram liderança na ocupação?
4. Quais eram as árvores frutíferas e maduras existentes no lote?
5. Esse assentamento foi implantado de forma passiva ou não?
6. Quem orientou os posseiros para ocuparem esta área?
7. Durante a ocupação deste território houve interferência de alguém se intitulando dono?
8. O senhor já recebeu proposta pra vender o seu lote?
9. Antes de ser grotão do rato I como se chamava essa área?
10. Em sua opinião pessoas vendem os lotes?
11. O senhor já recebeu benefício do governo? Quais foram?
12. Na época da implantação do assentamento o que os colonos cultivaram nos lotes?
13. Quais foram as principais dificuldades que encontrou para se manter no lote?

Resposta ao questionário 9, feito ao G., ex-assentado do PA Grotão do Rato I.

1. Eu não sei dizer porque eu comprei de outras pessoas.
2. Nós já estávamos morando há 30 anos na terra.
3. Eu não fui não quando eu cheguei, eu morava na sapucaia eu e o Lima eu era trabalhador dele.
4. Quando nós chegamos só encontramos castanheira, cupuaçu, açaí e bacaba. os mognos já tinha tirado tudo.
5. Nós compramos de outras pessoas, nós não enfrentamos briga violência compramos com honestidade.
6. Não é do meu conhecimento.
7. Não.

8. Algumas proposta já recebi, mas eu não quero vender daqui eu só saio pra o cemitério.
9. Já recebi o FOMENTO e HABITAÇÃO o FOMENTO é aquele benefício que agente recebe pra comprar comida uma bola de arrame e a habitação é para fazer a casa.
10. Acredito que é falta de melhora para as pessoas, antigamente era as promessas de estradas as pessoas se cansam de esperar e vão embora, o Incra prometeu de fazer estrada fez um pedaço da MARAGUSA até o Valdonei e parou. Só fez na vicinal para a entrada das casas e dai em diante.
11. não fez nenhum palmo. Esse tipo de coisa as pessoas se desgostam e vão embora. Eu não “bero” pra nada, ainda que eu fique aqui enfrentando as dificuldades.
12. Aqui dava muito arroz naquela época era o que mais cultivavam; a terra era boa pra tudo, até pra feijão e milho. Tudo que se plantava colhia com fartura.
13. Falta escola e estrada. Pra começar, aqui dava muita malária e afetava quase toda família. As dificuldades eram grandes e era a razão de o povo ir embora. Aqui direto chega gente tirando fotos e fazendo entrevistas, mas os benefícios não chegam até nós.

Questionário 10, feito ao R.T., ex-assentado do PA Grotão do Rato I.

1. Como se deu a ocupação dessa área?
2. Quantos anos mora no lote?
3. Quem eram os indivíduos que tiveram liderança na ocupação?
4. Quais eram as arvores frutíferas e maduras existentes no lote?
5. Esse assentamento foi implantado de forma passiva ou não?
6. Quem orientou os posseiros para ocuparem esta área?
7. Durante a ocupação deste território houve interferência de alguém se intitulando dono?
8. O senhor já recebeu proposta pra vender o seu lote?
9. Antes de ser grotão do rato I como se chamava essa área?
10. Em sua opinião pessoas vendem os lotes?
11. O senhor já recebeu beneficio do governo? Quais foram?
12. Na época da implantação do assentamento o que os colonos cultivaram nos lotes?

13. Quais foram as principais dificuldades que encontrou para se manter no lote?

Resposta ao questionário 10, feito ao R.T., ex-assentado do PA Grotão do Rato I.

1. O começo da ocupação eu não sei dizer por que eu morava na SAPUCAIA. Veio meio mundo de gente pra cá e eu vim no meio pra morar nesta área.
2. Tinha o Pedro Santana, Dedé Baiano e nessa época veio também o marido da Maria viúva. Mas não viemos em uma carrada; uns vieram primeiro e outros derradeiros, uns atrás dos outros.
3. Castanha e cedro tinha muito, mas tiraram tudo. O que mais tinha era a castanha.
4. Aqui não houve conflito porque o dono não botou “banca”. Não mexeu com o povo.
5. Agora aí eu não sei por que quem nos alertou foi o Pedro Santana. Nós viemos com ele.
6. Antônio Ribeiro era o dono da área. Não sei.
7. Não tinha líder.
8. Até hoje eu não tenho planos para vendê-lo.
9. Aqui se chamava Loteamento Caranha.
10. Agora aí eu não sei dizer por que as pessoas sofrem conseguem os lotes e vendem. Aqui do meu tempo só tem a Maria viúva. Tudo é novato. Compraram tudo.
11. Não. Eu fiz um empréstimo pra comprar gado.
12. Assim que entramos aqui a gente plantava arroz, milho, mandioca.
13. Não fez nada. Nós não tivemos ajuda de nada. Foi tudo por nossa conta, com muito sacrifício, lutando com doença e sem estrada. A gente andava por dentro da mata. Cada pessoa ficava logo nos seus lotes, fazia a barraca de palha e tábuas. Daí fomos melhorando por nossa conta.

Questionário 11, feito à L. L. – assentada do PA Grotão do Rato I.

1. Como se deu a ocupação dessa área?
2. Quantos anos mora no lote?
3. Quem eram os indivíduos que tiveram liderança na ocupação?
4. Quais eram as árvores frutíferas e maduras existentes no lote?
5. Esse assentamento foi implantado de forma passiva ou não?

6. Quem orientou os posseiros para ocuparem esta área?
7. Durante a ocupação deste território houve interferência de alguém se intitulando dono?
8. O senhor já recebeu proposta pra vender o seu lote?
9. Antes de ser grotão do rato I como se chamava essa área?
10. Em sua opinião pessoas vendem os lotes?
11. O senhor já recebeu benefício do governo? Quais foram?
12. Na época da implantação do assentamento o que os colonos cultivaram nos lotes?
13. Quais foram as principais dificuldades que encontrou para se manter no lote?

Resposta ao questionário 11, feito a L. L. – assentada do PA Grotão do Rato I.

1. Da minha vinda pra cá, sim. Nós morávamos em Xinguara e foram daqui umas pessoas que avisaram o meu marido sobre essas terras; que era fácil de conseguir, mas que tinha que fazer roça dentro da terra. Ele veio junto com as pessoas que trabalhavam com a gente veio o Nonato, o Vicente e o Domingos. Uns compraram e outros grilaram junto com o Antônio Caxica, que comprou mas grilou. Depois vieram todos os homens que trabalhavam com ele para conseguir terra, mas depois eles voltaram pra lá pra trabalhar. Eu vim logo na frente com ele, mas ele voltou por que aqui ninguém sabia quem era fazendeiro. Meu marido era empreiteiro e quando já estava com bastante tempo sofrendo aqui eu tinha que ir uma vez por mês lá em Xinguara. Era muito difícil, pois os caminhos eram só lama e a gente se atolava direto, não tinha transporte; era um lamaçal mais horrível do mundo. Eu ficava aqui cuidando da roça juntando castanha para quebrar e vender. Vivia passando mal. A roça ainda não estava no tempo de colheita e o Lima fazia as roças e saía pra trabalhar. Eu ficava cuidando dos filhos. Um dia passou um homem diferente montado num cavalo com uma banda de gado pra vender. Eu perguntei se esse fazendeiro não precisava de gente pra trabalhar. O homem respondeu que queria, e se eu tivesse certeza iria chamar o Lima pra ele empreitar serviço aqui mesmo, por que eu achava ruim ele sair pra trabalhar lá todo mês. Mas não tinha pra onde correr por que naquele tempo era tudo difícil mesmo e não tinha telefone como hoje. Depois que arranjou trabalho pra cá ele veio embora por que na época da roça tinha muito arroz aqui. Era

sacrifício por que não tinha estrada e a que tinha era a linha do trem. As pessoas caminhavam na beira da linha do trem levando as carradas de arroz e passavam até quinze dias pra chegar a Marabá. Lá eles vendiam pra comprar o que comer e roupas pra vestir. Nós tinha também muita fartura de legumes.

2. Castanha era a fruta que mais tinha. Eu sei de uma carrada que passou quinze dias na estrada daqui pra vila por que era só o atoleiro nos caminhos. Castanha tinha com fartura. Era o recurso que tinha aqui pra gente num quarto do dinheiro, porque você sabe: naquele tempo sea castanha valia dez, eles pagavam dois pelo Hectolitro da castanha.
3. No período que eu cheguei nunca houve briga por essa terra.
4. 37 anos que moro aqui.
5. Se existiu algum líder eu não conheci.
6. Já recebi sim proposta. Quando meu velho morreu, vieram aqui direto. João Miranda foi um, mas eu respondi que eu nasci no nordeste e tinha meus filhos pra criar, por isso não ia voltar pra lá, vou ficar aqui até o dia que Deus quiser. Não vendo. Posso passar fome, só não sede por que tem água no córrego.
7. Eu já conheci como Área do Rato e Área da Grota do Cutia.
8. Vende procurando melhora, mas por que na melhora onde mora já está há muito tempo no lugar, é melhor segurar o que tem.
9. Se eu não tivesse segurado isso onde meus filhos estavam..., eu já disse pra eles que ia ficar aqui até a casa cair.
10. Já recebi um pouco de dinheiro pra fazer a casa e meus filhos também do FNO. Estou aguardando receber o recurso.
11. Fartura de arroz aqui já teve muito. Era tanta fava que estragava. Agora o povo vive procurando fava. E cadê? Eu fazia a goma, a farinha e tinha tudo com fartura. Eu plantava o feijão “trepa pau” pra comprar roupa pros filhos. Naquele tempo ele era mais caro. Era um absurdo. Eu juntava o dinheiro pra comprar a roupa dos filhos. Aqui tinha de tudo. Tomate dava por conta na roça. Tinha de tudo; hoje o povo reclama, mas não querem trabalhar.
12. Foi a doença. Dava muita malária e não tinha dinheiro pra se cuidar. A estrada ajudava. Saía gente de carro ou animal, mas passava até de quinze dias atolado. Eu preferia ir de pé que chagava mais depressa. Depois começaram chegar uns animais, aí a gente trocava por arroz e assim fomos levando a vida, na luta. Por isso eu não vou embora.

13. O tamanho da é de 118 Alqueires. Depois que o velho morreu eu mandei medir e dividir pros filhos.

Questionário 12, feito à F. B. – assentada do PA Grotão do Rato I.

1. Como se deu a ocupação dessa área?
2. Quantos anos mora no lote?
3. Quem eram os indivíduos que tiveram liderança na ocupação?
4. Quais eram as arvores frutíferas e maduras existentes no lote?
5. Esse assentamento foi implantado de forma passiva ou não?
6. Quem orientou os posseiros para ocuparem esta área?
7. Durante a ocupação deste território houve interferência de alguém se intitulando dono?
8. O senhor já recebeu proposta pra vender o seu lote?
9. Antes de ser grotão do rato I como se chamava essa área?
10. Em sua opinião pessoas vendem os lotes?
11. O senhor já recebeu benefício do governo? Quais foram?
12. Na época da implantação do assentamento o que os colonos cultivaram nos lotes?
13. Quais foram as principais dificuldades que encontrou para se manter no lote?

Resposta ao questionário 12, feito à F. B. – assentada do PA Grotão do Rato I.

1. Como se deu eu não sei contar. Sei que dali da estação pra trás que hoje é do novo vaqueiro, era do Raimundo Canela. Meu irmão trabalhava na Serra pelada. Andando por aqui comprou essa terra, mas não trabalhou nela, então perguntou se eu queria. Ficar com a terra e trabalhar pra sua família é melhor do que viver trabalhando na fazenda dos outros. Aí eu me animei e falei: vou mandar o Nelson (filho) pra saber onde é, quando eu quiser ir lá eu já sei. Ele me repetiu a pergunta e eu respondi que queria e perguntei se era muito longe. Ele disse que sim, mas eu disse que queria. Mandei o menino, mas o Raimundo Canela meu irmão mandou brocar 20 linhas de roça por ele. O menino passou uma semana e em seguida eu vim e entrei. Meti o machado pra cima derrubando tudo; tratei da roça. Quase não queima. Me perguntaram se eu ia tratar eu disse que sim e que o meu ramo era esse. Reparti a roça em três pedaços e toquei fogo novamente, e foi assim que me ajudou a limpar a roça.

2. Morei 26 anos no lote.
3. Tinha. Era o Zé Maria que estava jurando de morte. Diziam que ele era o cabeça; teve um cara que quis matar ele em Marabá. Nós fomos numa reunião que tinham chamado o povo. Eram 150 homens e Ficaram horrorizados com o tanto de homem; disseram que não era preciso tanto homem. Era pra ir só as pessoas de frente. Eu desconfiei de um camarada que chegou bem perto de mim e perguntou quem era Zé Maria. Eu respondi que não conhecia, mas ele retrucou dizendo: como você mora lá e não conhece? Eu disse que era novato. O local da reunião eu não me lembro, mas aconteceu lá na Laranjeiras, na Cidade Nova. Nós viemos embora e cada um foi cuidar da sua terra.
4. Tinha de tudo. É só plantar que dá.
5. Sim.
6. Eu penso que era esse Zé Maria por que corria o boato era culpado da invasão.
7. Tinha um dono, mas a gente não conhecia. Ele morava em São Paulo.
8. No começo não, mas depois de muito tempo aparecia comprador, só que nesse tempo eu ainda podia trabalhar. Depois quando acabaram as forças, que eu não podia trabalhar, resolvi vender. Quando eu abri a boca foi ligeiro vendi.
9. O Rio das Onças. A minha área pegava um pedaço desse rio.
10. Tem vários motivos: eu vendi a minha terra por que não aguentei trabalhar mais. Quando alcancei os 72 anos resolvi vender; logo eu não sou sadio.
11. Não. Nunca recebi nada do governo por que associação. Paguei dois anos com o Chico toco, assinei o cheque pra tirar o dinheiro, aí na hora de conferir os dados pessoais do presidente da associação houve um problema com ele por que não tinha capacidade de estar a frente da associação. Era preciso arranjar outro presidente, mas como ninguém levou pra frente se acabou tudo e a associação foi desativada.
12. Fazia plantação de arroz, mandioca e milho. A fartura aqui nessa região era grande. Eu tirei em um ano 380 sacos de arroz em uma colheita. Está registrado no INCRA. Eu fui orientado a fazer o cadastro dos legumes.
13. A falta de estrada. Primeiramente só tinha a ferrovia. A gente andava por ela tirando licença na VALE. Só podia sair com carga ou sem carga se mostrasse a licença que a gente tirava no escritório da VALE. Era no lado da SUCAM. A malária foi outro tropeço. A gente chegava do hospital na outra semana tinha que voltar. Eu

fiquei 20 dias internado em Belém com duas CRUZ de malária. Todos os meus filhos tiveram malária.